

Basta de corrupção, chega de privatização, CPI já!

Pela unidade das oposições na luta contra FHC

O resultado das eleições municipais do ano passado mostrou a tendência do povo brasileiro no sentido de mudanças. A crise política, econômica e moral enfrentada pelo país acentua esta disposição. Por isto mesmo cresce a oposição à política do governo de FHC e a resistência popular se manifesta sob as mais diferentes formas.

Todavia a derrota do neoliberalismo exige a construção da maior unidade política possível das forças oposicionistas. É falso imaginar que a vitória está em nossas mãos.

É necessário mostrar que existe um outro caminho para o Brasil. Que este caminho é necessário e possível. Para isto torna-se indispensável a construção da unidade política das oposições em torno de um programa político capaz de conquistar o apoio de grandes parcelas do povo brasileiro.

A vitória eleitoral passa pela vitória política. O momento atual não é ainda de discussão de nomes de candidatos à Presidência da República, mas de programa, de rumos para o país. É necessário mostrar ao povo brasileiro a destruição da Nação brasileira, das conquistas sociais e democráticas e apresentar o nosso projeto de Reconstrução Nacional, Democrática e Popular.

Tal alternativa somente se transformará em realidade a partir da unidade dos partidos de esquerda. É necessário que cada um perceba a gravidade da situação enfrentada pelo país e coloque seus objetivos particulares subordinados ao objetivo maior de defesa dos interesses do povo brasileiro.

Porém somente a união da esquerda é insuficiente para construirmos uma saída efetiva para a

crise. Torna-se necessária uma união de amplas camadas do nosso povo, de todos aqueles que sofrem as consequências da atual política e querem reconstruir o país.

Para atingir tal objetivo o PCdoB propõe aos diferentes partidos de oposição e aos movimentos sociais a realização de um Encontro Nacional Democrático e Popular para construir este programa, tomando por base o manifesto Em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho, bem como as propostas dos diferentes partidos de oposição e das organizações sociais.

Tal evento poderá ser convocado e organizado pelo Conselho Político da Frente de Oposição Democrática e Popular e pelo Fórum de Entidade Populares.

Resolução da 23ª Reunião da Comissão Política do PCdoB, 16/03/01

O início de 2001 vem sendo marcado por uma crise política sem precedente na base de sustentação do governo FHC. Aumenta a incerteza na esfera econômica perante o quadro de crise no mundo. Agrava-se a crise social que aflige a população brasileira.

O país atravessa momentos de um governo paralisado (e um Congresso também paralisado), evidenciando uma instabilidade política que pode se agravar com a cobrança da opinião pública sobre as denúncias acumuladas.

A oposição precisa avançar na discussão das bandeiras a defender e colocar no centro das

ações políticas. Uma delas é a bandeira da luta contra a corrupção do governo de Fernando Henrique. Outra bandeira é a denúncia das privatizações, sobretudo as do setor elétrico (Furnas, Chesf, Tucuruí). Além dessas, há a luta dos trabalhadores para recuperar a parcela (devida) do FGTS e há a campanha pela mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estrangula municípios e Estados. Por último, é fundamental fortalecer o movimento para instalar a CPI para apurar a corrupção no governo.

Leia artigo do vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo, na página 3

PCdoB na TV aponta para novo rumo

No dia 22 foi transmitido o programa do PCdoB nas emissoras de rádio e televisão, abordando as lutas do povo brasileiro. No programa – denominada *Vila Esperança, rua 65* – o presidente do PCdoB, João Amazonas, afirmou:

“É muito grave a situação do país: o Brasil perde, cada vez mais, a sua verdadeira independência – submetido aos interesses dos grandes monopolistas internacionais. Fernando Henrique Cardoso, que aplica no Brasil a política neoliberal, é o principal responsável por essa situação. Cerceia as liberdades e ataca os direitos dos trabalhadores.

O Partido Comunista do Brasil indica a necessidade de um novo rumo para o país e conclama os trabalhadores, os democratas e progressistas a se unir num amplo movimento em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho.”

O programa procurou valorizar o Partido como instrumento da luta cotidiana do povo brasileiro.

Como bem afirmou Renato Rabelo, vice-presidente nacional, “o PCdoB não é um partido só para o período de eleições, é um partido do tempo todo da vida do povo”.

Além desta rede nacional de 10 minutos neste primeiro semestre, nos próximos dias 14, 17, 19 e 21 de abril – também em todas as redes nacionais de rádio e TV – entrarão no ar 40 inserções de 30 segundos abordando temas como a defesa da soberania nacional, dos direitos dos trabalhadores e a luta contra as privatizações.

Em 12 Estados o PCdoB ainda terá inserções regionais, nas emissoras de rádio e televisão, nos próximos 3 meses. Os programas divulgarão a política do Partido e os desafios que se colocam ‘às vésperas do 10º Congresso do PCdoB, que será realizado em dezembro próximo no Rio de Janeiro.

O Congresso será oficialmente convocado na reunião do Comitê Central que ocorrerá na primeira quinzena de junho.



Subcomandante Marcos e outros guerrilheiros recebem flores durante a manifestação

Manifestação zapatista reúne 150 mil contra neoliberalismo

Aos gritos de “Viva Marcos! Viva Zapata!” uma multidão de mais de cem mil pessoas tomou a principal praça da Cidade do México, no dia 11 de março, depois de percorrer 3 mil km, desde o Estado de Chiapas, a região mais pobre do país. O líder guerrilheiro subcomandante Marcos discursou com paixão: “Os poderosos tentaram

nos exterminar cinco séculos atrás e chamaram sua guerra de destruição e pilhagem de – ‘civilização’. Mas os poderosos esquecem que aqueles que queriam nos exterminar não existem mais, e que nós estamos aqui. Os povos indígenas em todo o México vivem – não, sobrevivem – na miséria mais chocante”.

A revolta Zapatista foi lança-

da antes do nascer do sol do dia 1 de janeiro de 1994, exatamente quando o Nafta (Tratado de Livre Comércio da América do Norte) estava entrando em vigor. Desde então os guerrilheiros do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) lutam para obter o direito comunitário à terra e à autonomia cultural.



João Amazonas: amplo movimento em defesa do Brasil

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

PCdoB

Mens@gens

Carlos R: Quería saber quais as divergências entre PCB e PCdoB.

Fernando O: O PCdoB estaria disposto a aceitar novas idéias socialistas e comunistas, diferentes, mas fundadas na teoria marxista, exemplo: uma adaptação do marxismo ao povo brasileiro?

Marcos V: Vocês passaram pelas torturas, pelas repressões, pelas deportações, pela história propriamente dita... eu lhes dou meu apoio.

Luísa: Eu gosto muito dos artigos que vocês mandam pelo correio eletrônico, e queria arranjar uma Agenda Rebelde.

Arlindo C: Pretendo, juntamente com o camarada Martim, realizar um grupo de estudo para criar o diretório provisório do PCdoB.

André B: Sou um grande admirador da política de agitação e propaganda do Partido. Porém sinto que está faltando um meio de comunicação mais eficiente, que possa atingir a massa.

Rodrigo S: Gostaria de receber algumas informações sobre o Partido e a relação entre a direção partidária e seus novos membros filiados.

Joo: Quería saber se para se filiar é preciso pagar alguma taxa?

Diogo R: Eu sou um estudante português e necessito de informação para um trabalho escolar.

Helen C: Acho que deveríamos atualizar mais a página na Internet.

Uendel C: Gostaria de enviar algumas notícias do meu Estado.

Enderson O: Gostaria de saber se existem cursos dentro do Partido.

Ilce C: Sou mãe de três filhos. O ensino está desgastado. Aceito receber um artigo por semana para repassá-los inclusive aos professores de meus filhos. Moro numa região distante, na Transamazônica.

Ronaldo F: Solicitamos enviar os meios para podermos criar a Diretoria Provisória do PCdoB.

Bruna X: Gostaria de saber qual é a sede do Partido na minha cidade porque estou querendo me filiar.

Soraya C: Gosto da luta socialista e ler Karl Marx.

Marden R: A nova página do Partido na rede mundial ficou mais identificada com o tempo em que vivemos. O passeio pela página, seu manuseio, está mais objetivo. Está com a cara do Partido jovem que tanto prezamos e defendemos mesmo com a vida.

Debson L: Gostei bastante do novo visual da página do Partido. Como faço para adquirir um broche da foice e o martelo?

Luiz F: Não me declaro "comunista" pois ainda não li o suficiente para poder fazer tal declaração.

Daniele F: Gostaria de parabenizar pela qualidade do Jornal e passar também a receber materiais atualizados por correio eletrônico.

Jacques G: Gostaria de saber como fazer uma assinatura da revista *Princípios*.

João S: A nossa página melhorou bastante o visual, acho que ficou muito boa a distribuição das informações. Devemos tomar o cuidado de atualizar alguns dados expressivos.

Fabrcio C: Gostaria de me informar a respeito da filiação no PCdoB.

Carlos C: Desejo receber notícias do Partido. Estou fazendo uma especialização

na França.

Cristiana S: Quero parabenizar os autores da página, que está ótima, (não a conhecia, até então), e sugerir que sejam criados elos com outras páginas.

Camila A: Achei a página muito interessante, encontrei tudo o que precisava, pois estou fazendo um trabalho escolar.

Gabrielli: Quero agradecer pelos materiais recebidos. Estão servindo em muito para esclarecer o que está ocorrendo no cenário político brasileiro...

Antonio A: Gostaria de propor a realização de um curso nacional para os camaradas da frente comunitária.

Fernando P: Nós comunistas do Brasil temos que tornar a nossa luta mais abrangente possível.

Ednelson S: Muito ainda se tem a fazer pela frente, mas em contato com o povo eu percebi que o PCdoB tem tudo para conseguir esse performance.

Carlos M: Estou feliz por poder receber *A Classe Operária* aqui na França.

Leandro S: Quería obter mais informações sobre Cuba.

Wilson S: Gostaria de saber como ajudar a mudar nossa sociedade.

Cátia S: O PCdoB merece com certeza os parabéns e vamos continuar lutando por um país onde reine a soberania e a igualdade para o nosso povo.

Luís M: Parabéns, camaradas, pela qualidade do jornal.

Vitor M: Nós, comunistas do interior, estamos isolados de informações sérias sobre nossos quadros políticos, isso é grave!

Rodrigo S: Gostaria de receber via e-mail informações periódicas sobre debates, congressos, publicações e atuações do PCdoB.

Ivan S: Gostaria de contar com imagens, símbolos etc do Partido.

Bruno R: Estou sentindo falta de um álbum de fotos, com momentos significativos da história do Partido e/ou da luta pelo socialismo no mundo todo.

Rafael A: A página poderia disponibilizar alguns documentos (dar destaque para a Guerrilha do Araguaia) para os usuários e ver a possibilidade de alimentá-la cotidianamente.

Rita Z: Gostaria de analisar a atuação dos partidos frente ao incentivo e apoio às candidaturas femininas.

Leticia G: Quería deixar minha mensagem parabenizando seus esforços, sua luta, tendo consciência de que o Brasil só vai mudar (para melhor) quando adotar o comunismo.

Kleber R: Desejo obter do PCdoB informações sobre a história do Partido no Brasil, a visão sobre o cenário atual do país e algum tipo de informação para ser enfatizado no dia em que se comemora o aniversário do partido.

Rogério C: Acho que o Partido deveria publicar um relato mais claro e minucioso sobre a Guerrilha do Araguaia. Se isto já foi feito, gostaria de receber material sobre o assunto.

Henrique: Acho que devíamos dar mais publicidade para nossa página.

Carlyle e Denise: Parabéns pela página. É sedutora e envolvente.

Marcos C: Emociona-me quando leio algo sobre o Araguaia e o ideal de brasileiros que lá lutaram.

Respostas às perguntas mais frequentes

Quando foi fundado e qual a trajetória do PCdoB?

Em 25, 26 e 27 de março de 1922, representando 70 adeptos de Porto Alegre, Recife, São Paulo, Cruzeiro (SP), Niterói e Rio de Janeiro (grupos de Santos/SP e Juiz de Fora/MG não puderam enviar representantes), o alfaiate (nascido na Espanha) Manuel Cendon, o barbeiro Abílio de Nequete (nascido Abdo Nakt, no Líbano), o jornalista Astrogildo Pereira, o contador Cristiano Cordeiro, o gráfico João da Costa Pimenta, o sapateiro José Elias da Silva, o alfaiate Joaquim Barbosa, o vassoureiro Luís Peres e o electricista e ferroviário Hermogênio Silva fundaram o Partido Comunista do Brasil, no Rio de Janeiro, sob o impacto da Revolução Socialista Russa de 1917. O Partido filiou-se à III Internacional. Foi o começo de uma nova era para o movimento operário e revolucionário brasileiro.

Em 1922, quando foi fundado o Partido Comunista, o marxismo era praticamente desconhecido no Brasil. Somente na década de 1920 aparece, em circulação restrita, o *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848. As concepções existentes no movimento social tinham caráter anarquista ou anarcosindicalista, sustentadas por imigrantes estrangeiros.

Após a chamada revolução de 30, na qual o Partido esteve ausente, houve um esforço para alargar sua atividade e influência no país. Foram editados jornais legais. Desenvolveu-se a atuação política, particularmente no movimento sindical.

A partir de 1934/35, o Partido orienta corretamente sua atividade para a luta contra o fascismo. Cria-se a Aliança Nacional Libertadora. É uma época em que o nazifascismo ameaça o mundo inteiro. Com Luís Carlos Prestes, aderem ao Partido numerosos oficiais das Forças Armadas que vinham do "tenentismo". A atividade partidária é centrada na defesa dos interesses nacionais, como a campanha a favor da siderurgia, do petróleo, da nacionalização de empresas estrangeiras tipo Light etc. Os comunistas comandam greves gerais e lutam pela terra para os camponeses.

Nos anos 50, o Partido Comunista do Brasil realiza inúmeros e variados cursos sobre o marxismo. Em 1954, com a elaboração de um programa para o Partido, afloram temas teóricos relacionados com o contexto programático. Toda essa atividade desperta interesse nas fileiras comunistas para as questões de cunho político-ideológico. Os acontecimentos decorrentes da realização do 20º Congresso do PCUS, em 1956, dão um impulso novo às expectativas que se vinham criando no PC do Brasil. Esse Congresso define os campos no terreno político e fundamentalmente no ideológico. É uma virada de 180 graus nos rumos seguidos pela União Soviética. Do marxismo-leninismo se passa ao revisionismo, que inicia a volta ao capitalismo na URSS.

O Partido resiste às tentativas de uma corrente oportunista que tentava assenhestrar-se da direção nacional, logo após os ataques raivosos de Krushev a Stálin. Mas, com Prestes à frente, o PC do Brasil adere às teses revisionistas. Vários dirigentes são afastados de seus cargos.

Em 1960, é convocado o 5º Congresso do Partido. No curso da realização desse Congresso vai se destacando um núcleo revolucionário que contesta não apenas a linha política, mas a própria inconsistência

ideológica da contextura partidária. Esse núcleo reage ao liquidacionismo posto em prática, em 1961, por Prestes e seus seguidores. Em 1962 reorganiza o Partido Comunista do Brasil (veja artigo publicado na edição 198 de *A Classe Operária*).

O Partido Comunista do Brasil tem dado valiosas contribuições à luta do povo brasileiro por transformações necessárias ao seu pleno desenvolvimento. Nos primórdios de sua existência levantou a bandeira da reforma agrária. Em defesa dos interesses do proletariado, batalhou por conquistas sociais e pela criação de uma central única, de feição classista, agrupando as organizações sindicais de todo o país. Foi a alavanca fundamental impulsionadora da campanha vitoriosa do "petróleo é nosso". Pugnou pela instalação da Siderurgia Nacional. Tomou parte ativa na pregação em defesa da Amazônia. No período da II Grande Guerra, defendeu a posição do Brasil junto aos aliados na luta antifascista e apoiou o envio da Força Expedicionária Brasileira à Europa. O Partido foi sempre uma força combativa em prol da democracia no país. Opôs-se a todos os regimes autoritários, abertos ou disfarçados, buscando alargar os espaços das correntes políticas democráticas. Participou, com uma bancada de 15 parlamentares, da Constituinte de 1946. E desempenhou papel positivo na convocação e realização da Constituinte de 1988. Com o fim da ditadura militar, em 1985, o Partido Comunista do Brasil obteve a legalidade.

Na atualidade, o Partido Comunista encontra-se nas primeiras linhas de combate ao neoliberalismo, doutrina imperialista que visa submeter a maioria dos países do mundo à tutela dos oligopólios e da oligarquia financeira internacional. O Brasil é um dos alvos principais dessa ofensiva. Com a adesão de Fernando Henrique Cardoso ao neoliberalismo, o patrimônio público vem sendo alienado, as conquistas sociais e democráticas golpeadas, a Constituição de 1988 revogada. Proceder-se ao desmonte do Estado Nacional.

O Partido Comunista do Brasil propugna a união das forças de esquerda como núcleo de uma união mais ampla do povo brasileiro para enfrentar e derrotar o neoliberalismo. É um dos idealizadores e organizadores do Movimento em Defesa do Brasil, e dos primeiros signatários do manifesto *Em Defesa do Brasil, do Trabalho e da Democracia*.

Nos seus quase 80 anos de existência, o Partido está ligado a todas as lutas de sentido progressista que se efetuaram no país. Centenas de mártires e heróis tombaram na luta social e nacional. Após sua reorganização, em 1962, enfrentou a repressão fascista da ditadura militar, recorreu à luta armada no Araguaia pela liberdade e direitos das massas oprimidas. Atuou com destaque na luta pela derrocada do regime militar, pela Constituição de 1988 e contra o neoliberalismo implantado por Fernando Collor e Fernando Henrique.

Avançou como corrente política de vanguarda. O PCdoB tem 10 deputados federais e 10 deputados estaduais. Nas eleições de 2000 elegeu 150 vereadores, 7 vice-prefeitos (inclusive das capitais Aracaju/SE e Recife/PE) e a prefeita de Olinda/PE, Luciana Santos.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP), Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Edvar Bonotto e Luciano Pereira de Menezes (arquivo). Editoração Eletrônica: Marco. Administração: Francyrrose de Andrade Matarazzo. Publicação mensal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: 011 3106 0412
 Fundação Maurício Grabois
 PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

Através de seu endereço eletrônico (classeop@ruralsp.com.br); <http://www.pcdob.org.br> e de cartas à redação (rua Adoniran Barbosa, 53, São Paulo, SP, CEP 01318-020), A Classe recebe diariamente uma série de mensagens, das quais apresentamos alguns resumos. Todas as mensagens são respondidas aos seus autores. No caso das mensagens enviadas com o endereço eletrônico, os autores passam a receber materiais e opiniões do Partido, via correio eletrônico.

Basta de corrupção, chega de privatizações, CPI já!

RENATO RABELO*

O primeiro movimento a se destacar na situação mundial é o agravamento da crise econômica com seu centro situado no chamado "pouso" – suave ou não – da fase recente da economia norte-americana. O ímpeto do crescimento diminuiu, as bolsas despencam e vai se conformando um momento de instabilidade e de "desalento". A economia mundial mantém uma tendência recessiva e a dimensão e tempo da desaceleração dos Estados Unidos pode reforçar esse quadro. Para alguns analistas, o "pouso" da economia norte-americana já é abrupto, pois seu desenvolvimento caiu do patamar de 5% ao ano para próximo de zero e, hoje, se prevê um quadro como o do Japão – de desaceleração prolongada; em duas semanas houve 50 mil demissões em empresas de alta tecnologia e a desvalorização dos títulos do índice Nasdaq (que mede as ações das empresas de alta tecnologia na Bolsa de Nova York) chega a 60%, somando perdas gigantescas desde março de 2000.

A segunda maior economia do mundo – o Japão – está a uma década em recessão e, recentemente, notícia-se que seu sistema bancário pode entrar em falência. Ao mesmo tempo, a União Européia continua com seu processo truncado. Os maiores investimentos europeus são feitos nos Estados Unidos – que absorvem 70% dos investimentos mundiais – e se coloca a questão se vão ou não continuar investindo numa economia que se apresenta em recessão.

Além desses elementos – fortemente impactantes sobre a vida econômica brasileira –, se aprofunda a crise na Argentina. O futuro do país vizinho não é promissor, pois as medidas recentes – incluindo a entrada de López Murphy no Ministério da Economia – (dizem que não vai durar muito) continuam a agravar as próprias causas da crise econômica, ao contrário de indicar a necessária ruptura com o modelo neoliberal que dilacera econômica e politicamente aquele país.

A orientação implementada pelo presidente dos EUA, George Bush, acentua o hegemonismo e a política de força. Procura a intensificação nas frentes belicistas e – comprovando ter fortes compromissos com o setor – investe na tecnologia armamentista, como a retomada do projeto Guerra nas Estrelas. Nesse contexto se situam os novos ataques ao Iraque e sinalizações para intensificar a pressão sobre Cuba. O governo Bush se apresenta com proporcional ferocidade na esfera econômico-comercial e, dentre um conjunto de iniciativas, pretende manter a pauta e prazos para a implementação da Alca na América Latina.

Cresce em todo o mundo a luta de resistência ao neoliberalismo. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre e eventos anteriores (Seattle, Praga e Nice) se situam nesse contexto. São eventos que mobilizam pessoas de todo o

mundo, seu alvo é o neoliberalismo e compõem uma das novas frentes de luta anticapitalista. Nesse rumo, foi marcado um ato político de protesto contra a Alca para o dia 6 de abril em Buenos Aires, com a participação de entidades e trabalhadores brasileiros, quando se reúnem autoridades governamentais da América.

Crise sem precedentes

Em nosso país, o início de 2001 vem sendo marcado por uma crise política sem precedente na base de sustentação do governo FHC; o aumento da incerteza no plano econômico perante o quadro de crise no mundo; o agravamento da crise social que aflige a população brasileira; e a diversificação de posições – configurando um certo "vazio" político – tanto na situação governista quanto na oposição. Esses quatro aspectos estão inter-relacionados.

Após as eleições municipais de 2000, o governo de Fernando Henrique Cardoso vinha tentando contornar as repercussões de sua derrota. Procurou ensaiar um discurso de "retomada do crescimento" e esboçou uma "agenda social" para os últimos dois anos do mandato. Porém a crise política que se instalou em sua base de sustentação impediu a tentativa de forjar um cenário favorável. A aliança governista atingiu uma fase de decomposição com a eleição das mesas no Congresso e levou a uma divisão entre setores, agravada pelas denúncias de Antonio Carlos Magalhães – um aliado fundamental. Esse processo teve impacto sobre o governo FHC e as denúncias atingem diretamente o presidente da República – seu porta-voz chegou a afirmar "ou derrotamos ACM ou ele nos derrotou!".

Por trás de todas essas divisões e disputas situa-se a luta sucessória de 2002, o governo tenta "adiar" – mas não consegue. Diante da crescente perda de poder de FHC – que já não apresenta mais nada de novo perante o povo e tem sua imagem em declínio –, cada partido da base governista (PSDB, PMDB, PFL) quer mais trunfos visando melhor posição no processo sucessório. FHC tenta circunscrever a crise à disputa entre ACM e Jader Barbalho mas, ao tentar conciliar um, se choca com outro – e vice-versa. Nesse contexto faz todos os esforços por meio de uma "operação-abafa" para impedir que se instale uma CPI para investigar a corrupção no seu governo.

O Brasil atravessa momentos de um governo paralisado (e um Congresso também paralisado), evidenciando uma instabilidade política que pode se agravar com a cobrança da opinião pública sobre as denúncias acumuladas.

Economia vulnerável

No quadro econômico, o Brasil se encontra pressionado, com sua economia mais dependente e vulnerável e – cada vez mais – a-

cosado pela crise mundial, em especial, pela crise argentina. O governo já estuda reverter a queda dos juros e sacrificar o pífio "crescimento" – tão alardeado por ele. Com a lógica adotada pelo governo não há saída possível, pois – com a recessão mundial – há, dentre vários fatores, a queda do preço das commodities e matérias primas exportadas pelo Brasil, tornando inviável o superávit comercial pretendido; ao fazer esforço para retomada do setor industrial, aumenta as importações pelo nível de dependência do setor; há também a alta do dólar com seu impacto sobre a "estabilidade"; conformando um conjunto de dificuldades agudas em meio a um cenário internacional cada vez mais desfavorável. Ao contrário de mudar de estilo e o curso da política econômica, o governo FHC a aprofunda. Não consegue mais esconder a deterioração das contas externas, seu agravamento – mais de 2 bilhões de dólares de déficit em janeiro – e sua tendência negativa.

Agravamento da realidade social

A orientação em curso no país produz diariamente levas de excluídos. Há a volta de epidemias de doenças (outrora já superadas) e o aumento das tarifas (decorrente do processo de privatização); o desemprego persiste (a "melhora" divulgada pelo governo é insignificante) e há queda do salário médio real. Esses e muitos outros elementos reforçam o quadro de agravamento da realidade social do povo brasileiro. Um contencioso se acumula e pode explodir. Um amplo movimento espontâneo de marginalizados vai espocando por todos os lados – nas favelas, bairros periféricos, presídios – e mesmo as "tropas de elite" e as "policias de choque" não dão mais conta da verdadeira sublevação das conseqüências da pobreza e da miséria. Instalou-se um cenário de guerra civil não declarada entre duas sociedades distintas e a crescente revolta das camadas excluídas pode gerar impactos importantes sobre a realidade social e política, merecendo mais atenção dos setores progressistas e de nosso Partido.

Sucessão presidencial

Com as perspectivas para 2002 no centro das atuais discussões políticas, se formam diferenciações entre as posições na esfera da situação governista e também no campo da oposição. No geral se prevê uma acirrada disputa para a sucessão presidencial em 2002 com o surgimento de múltiplas candidaturas.

Há dificuldades e acirrada disputa entre os partidos que compõem a base de FHC. O PFL se encontra dividido (agora com ACM na "oposição"); o PSDB tem a candidatura de José Serra (já em ofensiva de campanha) e Tasso Jereissati; e o PMDB também está dividido (com Itamar re-

tornando para ser candidato). Especialmente após o que houve nas eleições de 2000, os setores conservadores percebem que é essencial formar um bloco unido para 2002: a coalizão desses setores governistas não é improvável e a atual disputa feroz entre eles faz parte de um processo de decantação e conformação política que pode desembocar numa unificação para a sucessão presidencial.

No campo da oposição há diversidade de posições e até mesmo de candidaturas em torno do debate sucessório. Já se falam em nomes como Lula, Ciro Gomes, Itamar Franco e, talvez, Garotinho. Alguns setores do PT acham que abre-se o espaço para uma candidatura de esquerda e que Lula teria, assim, grande chance (sua candidatura estaria mais "curtida e palatável"). O PSB divulgou suas posições: segundo Miguel Arraes, não tem uma candidatura e quer discutir uma plataforma mudancista. Itamar Franco adentra ao PMDB e se coloca candidato de centro-esquerda. O PDT de Brizola apresenta uma opinião favorável a uma aliança com Itamar. Ciro Gomes (e o PPS) mantém a candidatura em campanha.

Para o povo e a sociedade brasileira se configura um momento de vazio político: de um lado, as disputas entre os setores governistas e suas dúvidas e ausência de proposta definida para reciclar o modelo em curso; de outro, na oposição, a falta de nitidez e maior credibilidade para uma alternativa de ruptura com o modelo atual.

Propostas e iniciativas

Nosso esforço é pela construção de uma programa junto com partidos e setores sociais, desencadeando um processo de convencimento para a necessidade da unidade em torno de uma plataforma comum, antineoliberal. Neste momento, precisamos avançar na discussão das bandeiras a defender e colocar no centro das ações políticas. Uma delas é a bandeira da luta *contra a corrupção*: as denúncias se avolumam e vão mostrando as entranhas apodrecidas do governo de Fernando Henrique. Nosso foco não se dá somente pela defesa da ética no geral, mas em envolver nessa discussão a denúncia do que está por trás da política neoliberal e as intenções maiores do governo contra a soberania, o Estado nacional e a democracia. Outra bandeira é a *denúncia das privatizações*, sobretudo as do setor elétrico (Furnas, Chesf, Tucuruí). Parte da população já está contra as privatizações feitas, devido à queda da qualidade dos serviços e à alta das tarifas e podemos estimular um plebiscito nas principais cidades e orientar a população para se expressar contra mais essas criminosas tentativas do governo. O setor de saneamento básico também está ameaçado. Além dessas, há a luta dos trabalhadores para recuperar a parcela (devida) do FGTS e há, também, a campanha pela mudan-



Renato: "CPI já!"

ça na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estrangula municípios e Estados. Por último, precisamos fortalecer o movimento dentro e fora do Congresso para instalar a CPI para apurar a corrupção no governo.

Devemos unir as várias propostas num eixo único, visando orientar melhor as diversas lutas de massa em curso – **Basta de corrupção, chega de privatizações e CPI já!**

É fundamental avançar na ação política e dar maior impulso às mobilizações. Nosso caminho é o da mobilização de massas. Nossa prioridade é apoiar e fortalecer as iniciativas do Fórum Nacional de Luta e o calendário de mobilizações populares, dentre elas a **mobilização do dia 5 de abril em Brasília** – quando se pretende fazer um grande ato pela abertura da CPI e de protesto contra a política econômica.

Vamos trabalhar mais no âmbito do Conselho Político da Frente de Oposição e do Fórum Nacional de Luta. Propomos a realização de um grande encontro nacional das forças democráticas e populares – com base no manifesto *Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho* – com o objetivo de construir um programa alternativo ao neoliberalismo. Este encontro deve reunir partidos, entidades, personalidades e setores da sociedade brasileira contrários à orientação neoliberal aplicada. Não perdemos de vista que o nosso alvo político é a denúncia e derrota do governo FHC no presente – e para isso nosso esforço se concentra na mobilização do povo.

*vice-presidente do PCdoB, intervenção na 23ª reunião da Comissão Política Nacional

Mensagem à sra. Lila Covas

João Amazonas, presidente do PCdoB, enviou à viúva do governador de São Paulo o seguinte telegrama:

"Sra. Lila Covas, sentidos pêsames falecimento governador Mário Covas, ativo defensor do sistema democrático. Sua morte representa grande perda na vida política nacional.

João Amazonas, presidente nacional do Partido Comunista do Brasil"

PCdoB

As CPIs do governo e o Brasil novo

INÁCIO ARRUDA*

O governo Fernando Henrique precisa de pelo menos dez comissões parlamentares de inquérito (CPIs) para abrir sua caixa preta e, simultaneamente, semear um novo tempo para o Brasil. Fernando Henrique conseguiu evitar até agora todas as iniciativas de investigação que o incomodam e treme quando se fala em CPI, mas o desgaste ocasionado pelos conflitos na base governista e suas repercussões na sociedade formam nuvens carregadas sobre o Planalto. Fortes ventos tendem a aproximar o país de uma crise de governo.

A nação requer indiscutivelmente um novo projeto de desenvolvimento. A CPI necessária hoje representa, na verdade, um julgamento profundo e generalizado do processo econômico e político instaurado pelo grande capital financeiro no país ao longo dos anos 90, envolvendo, além do Parlamento, uma ampla e ágil mobilização da sociedade em defesa do Brasil. A corrupção – inerente à gestão neoliberal – contamina a América Latina. Aqui, a cada escândalo a oposição entrou com um pedido de CPI, sempre superado por uma “operação abafa” monitorada pelo Palácio do Planalto. Contudo, os fatos ganham agora um patamar de atualidade que recomenda a necessidade de um percurso metódico dos subterrâneos de episódios exemplares. Alguns deles:

1) A assinatura do contrato do Projeto Sivam entre o governo brasileiro e a Raytheon Company, dos EUA, para aquisição de tecnologia e equipamentos de comunicação no valor de US\$ 1,4 bilhão, com dispensa de concorrência pública, sabotando-se estudos e projetos pertinentes à soberania nacional. No episódio, marcado pelas gravações de diálogos mais que íntimos do poder, esteve envolvido com destaque o embaixador Júlio César, chefe do cerimonial do presidente e seu amigo particular.

2) A criação do Programa de

Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), uma plataforma de salvação dos banqueiros privados envolvidos em fraudes ponderáveis, que saneou diversos bancos (Nacional, Econômico e Bamerindus, entre outros) para vendê-los em seguida a grandes grupos estrangeiros e nacionais, com inversões estimadas em R\$ 40 bilhões e calotes que já ultrapassam R\$ 10 bilhões. Compreende-se o Proer no contexto da entrega de praticamente 40% do sistema financeiro nacional para os banqueiros estrangeiros, que já retêm mais de 30% dos ativos bancários. Inclui-se nesse vasto temário o episódio da desvalorização cambial, com o caso de favorecimento aos bancos Marka e Fonte Cidam, que custou R\$ 1,6 bilhão aos cofres públicos.

3) O episódio da compra de votos de parlamentares para assegurar a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional que estabeleceu a prerrogativa da reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos, envolvendo diretamente auxiliares próximos do presidente, alguns governadores e deputados federais da região amazônica (Amazonas e Acre). Estes, acusados de intermediação e favorecimento na troca de votos por dinheiro, tornaram-se o símbolo de um comportamento que teria repercussões em outras regiões do país. O procedimento é recorrente e habitual do governo FH nas sucessivas liberações de recursos orçamentários, nomeações e outras sinecuras às vésperas de votações no Congresso Nacional.

4) A venda, com aberto favorecimento, de 75% do patrimônio público, especialmente das mais relevantes empresas estratégicas estatais, iniciada com uma caríssima campanha contra tudo que tivesse origem ou fosse administrado pela União e pelas unidades da Federação. Foi indiscutivelmente o maior estelionato aplicado à sociedade na história da República, pois, a pretexto de reduzir o tamanho do Estado e vender empresas que prestavam “péssimos” serviços,

passou-se a idéia de que os recursos obtidos seriam revertidos para as ações de saúde, educação saneamento, combate à pobreza e outras rubricas sociais, servindo também para abater a dívida externa.

5) As privatizações realizadas incluíram escândalos como o da venda do Sistema TELEBRÁS, após investimentos da ordem de R\$ 21 bilhões em recursos públicos, com a entrada de R\$ 8,8 bilhões, dos quais praticamente a metade foi financiada pelo BNDES. Esta privatização ficou conhecida pelo episódio do “Grampo do BNDES” (com mais fitas gravadas na intimidade do poder) e como uma grande negociata com cartas marcadas, envolvendo a participação de 19 empresas estrangeiras e nacionais, resultando numa guerra de bastidores que comprometeu e afastou do governo outros auxiliares do presidente.

6) No contexto da dilapidação do patrimônio nacional deve ser objeto destacado de investigação a venda da Companhia Vale do Rio Doce pela insignificante quantia de R\$ 3,3 bilhões em troca de ativos incalculáveis, considerados de maior valor estratégico no planeta (pela existência, exploração e beneficiamento de jazidas minerais, especialmente ouro, além dos investimentos produtivos e de infraestrutura acumulados ao longo de 50 anos, entre portos, navios, locomotivas, estradas-de-ferro e diversificado parque em maquinaria e equipamentos).

7) A Resolução (2521) do Conselho Monetário Nacional, que bloqueou os empréstimos da Caixa Econômica Federal às autarquias e empresas estatais com atividade no campo do saneamento básico, é a principal das explicações para o recrudescimento do surto de enfermidades (dengue, cólera, leishmaniose visceral, tifo e desintérias), visto que essas doenças são favorecidas pelo uso e consumo de água da pior qualidade, carência ou ausência de esgotamentos sanitários, o acúmulo e o tratamento inadequado do lixo, que atinge cerca de 100 mil toneladas diárias globais nas cidades

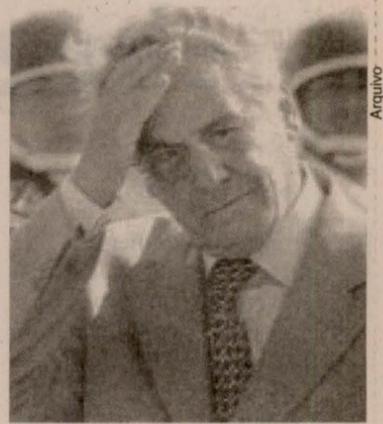
brasileiras. Como momento culminante de um genocídio planejado, uma mensagem do Executivo em tramitação (de urgência) no Congresso Nacional prevê o fim da titularidade dos municípios sobre os serviços de saneamento, a transferência para os Estados e posterior privatização – especialmente destinada a grupos estrangeiros.

8) A assinatura do Memorando Brasil/FMI, firmado para o empréstimo da ordem de R\$ 18,1 bilhões pelo prazo de 36 meses, comprometeu absolutamente o país, envolvendo descrição pormenorizada da economia brasileira, cenários de curto e médio prazos distantes da realidade, e uma subserviência tão profunda que medidas políticas adicionais serão adotadas a qualquer custo para o cumprimento dos objetivos acordados. Tudo isso, num contexto em que devem ser examinados:

a) o crescimento da dívida interna que, em 1995, no início do primeiro governo de FH, era de R\$ 62 bilhões, ultrapassando R\$ 542 bilhões em setembro de 2000, gerando lucros astronômicos aos bancos privados pela rolagem dos papéis lastreados, e que custaram, em 1999, segundo o Banco Central, cerca de R\$ 120 bilhões aos cofres públicos; e

b) o crescimento da dívida externa que, em 1995, era de US\$ 130 bilhões e, em 1999, ultrapassou os US\$ 250 bilhões, e encargos de, no mínimo, 6% ao ano, com US\$ 15 bilhões de prejuízos ao Tesouro Nacional, numa projeção otimista.

9) A ponta de iceberg verificada pelo caso da construção do prédio do TRT de São Paulo, envolvendo auxiliares privilegiados do presidente, a exemplo de Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-secretário geral da Presidência, e Martus Tavares, atual ministro do Planejamento. Trata-se este de um episódio de corrupção que já resultou na cassação de um senador – fato inédito na República – e na prisão de um juiz conhecido por suas íntimas ligações com autoridades governamentais de alto coturno. Neste caso, a “operação abafa” do Planalto tem se esmerado desde o início, com



FHC, sob suspeita

um interesse revelador em conter as investigações.

10) Os episódios das sobras das campanhas eleitorais para a Presidência da República em 1994 e 1998 exigem uma investigação pormenorizada. O ex-banqueiro, ex-ministro e ex-senador José Eduardo Andrade Vieira, um dos coordenadores da primeira campanha, revelou que um montante de R\$ 130 milhões – não declarado na prestação de contas ao Superior Tribunal Eleitoral – foi rateado entre amigos após a primeira campanha, envolvendo na linha de frente o mesmo Eduardo Jorge Caldas Pereira. Novas denúncias atribuem procedimento semelhante relativamente às sobras de campanha de 1998.

Todos esses fatos são determinados, justificam CPIs, revelando uma imensa confusão entre o público e o privado. A promiscuidade com os recursos públicos confisca da sociedade os investimentos para a superação da miséria e do atraso, abrindo horizontes para uma investigação generalizada e uma profunda ruptura com o crime – oficioso ou institucional –, visto que acumulam-se os escândalos associados ao projeto desenhado por FH para o Brasil. A CPI que se consiga instalar, mantida a maré montante, será convergente rumo à investigação de todas as denúncias – antigas e emergentes – que envolvem o atual governo.

*deputado (CE), líder do PCdoB na Câmara

Multiplicação de escândalos

LUIZ CARLOS ANTERO

Enquanto inicia a campanha de sua própria sucessão em 2002 – num percurso que inclui viagens pelo Brasil com o ministro da Saúde, José Serra – o presidente Fernando Henrique investe com a energia que lhe resta contra o pedido de CPI da oposição. No entanto, os escândalos que envolvem denúncias de corrupção continuam em alta no cenário do Congresso Nacional. Dessa vez o ambiente persiste contaminado pelas seqüelas da disputa pelas presidências da Câmara e do Senado.

Formalmente rompido com Antônio Carlos Magalhães após a substituição de dois dedicados ministros carlistas, Fernando Henrique pediu a suspensão do debate sobre a sucessão presidencial. Mas, traíçoeiro, continuou trabalhando ativamente pela candidatura José Serra, que já conta com recursos oficiais, tempo de televisão e dedica sua atenção a um tema

(saúde) abandonado pelos dois governos de Fernando Henrique. Enfermidades como a diabetes e a contratação de médicos e enfermeiras para uma ação nos rincões do país (com boa remuneração, casa, comida e roupa lavada), são ações que agora ganham destaque.

Varal da corrupção

Alvo constante do senador ACM, Jader Barbalho é hoje um patético presidente do Senado, acusado de lucrar com a movimentação especulativa de recursos oficiais e de conivência com as falcatruas da SUDAM e do DNER. Acusado, Barbalho chantageia Fernando Henrique com a ameaça de imitar ACM e assinar o requerimento da oposição.

Na ofensiva, os partidos de oposição realizaram um ato na entrada do plenário da Câmara, estendendo com pregadores de roupa inúmeras denúncias de escândalos, denominado de “varal da

corrupção”. O ato iniciou o lançamento da Campanha Nacional Pró-CPI da Corrupção, que inclui, além do PCdoB, o PT, PDT, PSB, PV, PPS e PL, reunidos sob lemas como “Roupa suja se lava na CPI” e “Seja um honesto explícito”.

Não se passa um dia sem que alguma nova denúncia contribua com novos elementos para cevar o processo degenerativo que, numa instância maior, está a exigir uma ampla e ágil mobilização da sociedade em defesa do Brasil.

É mais visível, hoje, a degradação que envolve o governo Fernando Henrique, submerso em um mar de lama que, no exterior, aparece como um paraíso da corrupção, precisando do rigor de uma “operação mãos limpas”.

A oposição vem mostrando disposição de luta para conter a sangria das privatizações, impedindo que bens essenciais à vida do povo sejam oferecidos para assegurar qualquer sobrevida ao atual projeto.

OEA quer investigações sobre Guerrilha do Araguaia

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou o pedido de famílias de 25 desaparecidos da Guerrilha do Araguaia e decidiu cobrar do governo brasileiro investigações que levem à localização dos corpos desses guerrilheiros e as circunstâncias em que eles morreram. O pedido foi aprovado no dia 28 de fevereiro.

A comissão da OEA reconheceu que as famílias têm o direito de saber o que aconteceu com seus familiares. Segundo Suzana Lisboa, que representou as famílias de desaparecidos na Comissão Especial para Mortos e Desaparecidos Políticos formada pelo governo brasileiro, “o governo poderia abrir seus arquivos, como os da Polícia Federal e do antigo Serviço Nacional de Informações, sem falar nos arquivos dos ministérios militares. Isso nunca foi feito”.

“Seria oportuno que as Forças Armadas reconhecessem as atrocidades cometidas e proclamassem que tais crimes contra o povo jamais se repetirão. As Forças Armadas são instituições pagas com o dinheiro do povo, não podem tê-lo como inimigo principal. É necessário que essas Forças repudiem tais crimes, condição para que possam contar com a simpatia do povo, preparando-se para as grandes batalhas que poderão advir em defesa da soberania e da independência da pátria”, afirma João Amazonas, presidente do PCdoB e que atuou na região do Araguaia no final dos anos 60 e início dos 70.

O governo de Fernando Henrique anunciou que o Brasil não pretende atender ao pedido de informações. “O Brasil não foi dada pelo diplomata Roberto Gama, designado pelo Ministério da Justiça para acompanhar o assunto na OEA.

NACIONAL

Corte de gastos dos Poderes

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou na quinta-feira, 22/02, parte do pedido de liminar dos partidos de oposição (PCdoB, PT e PSB) sobre dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com essa decisão o Supremo suspendeu dispositivo da LRF que permitia ao Executivo Federal cortar gastos dos Poderes Judiciário e Legislativo e do Ministério Público. Até que seja apreciado o mérito da ADIn 2.365-9 fica valendo essa decisão.

Pela LRF, cada Poder avalia bimestralmente suas receitas e o cumprimento da meta fiscal estabelecida, com um prazo de 30 dias para fazer os ajustes necessários. Caso isto não ocorresse, era permitido ao Poder Executivo fazer os cortes julgados necessários. A decisão dos ministros foi ao encontro da argumentação dos partidos que apresentaram a ADIn. Segundo o entendimento, essa limitação pelo Executivo da movimentação financeira dos Poderes fere o princípio constitucional da autonomia e independência entre esses.

Amazonas, cidadão de Porto Alegre

O presidente do PCdoB, João Amazonas, receberá o título de Cidadão de Porto Alegre. O projeto, de autoria do vereador Raul Carrion, PCdoB, foi aprovado por unanimidade. "Presidente do Partido Comunista do Brasil desde a sua legalização em 1985, João Amazonas enfrentou a perseguição patronal e a do governo, a prisão e a clandestinidade. Nunca abriu mão da luta pelo socialismo", disse Carrion, na justificativa de seu projeto.

Nova direção paulistana

O Comitê Municipal Paulistano, considerando:

O novo momento aberto após as eleições de outubro com a vitória das forças populares nas eleições da capital; a indicação da companheira Nádia Campeão para a secretaria de esportes, o que inviabiliza sua permanência na presidência do Partido no município; a eleição de 3 vereadores comunistas para a nova legislatura em São Paulo, o que torna mais desafiadora e complexa a nossa atuação parlamentar; as responsabilidades que assumimos no plano do executivo municipal, resolveu:

Recompor seu secretariado, que ficou composto da seguinte forma: Nivaldo Santana Presidente; Júlia Roland Secretária Geral; Júlio Vellozo Secretário de Comunicação; Zeca Pires Secretário de Finanças; Benedito Cintra Secretário de Relações Institucionais; Wander Geraldo Secretário de Movimentos Populares e Sociais; José Carlos Cardoso Secretário Sindical; Edvar Bonoto Secretário de Formação. Recompor a Comissão Política que ficou composta por: Nivaldo Santana; Júlia Roland; Júlio Vellozo; Zeca Pires; Benedito Cintra; Wander Geraldo; José Carlos Cardoso; Ana Martins; Cláudio Fonseca; Nádia Campeão; Oswaldo Alves.

UNE abre um novo canal

WADSON RIBEIRO*

Com a realização da 2ª Bienal de Cultura e Arte, a União Nacional dos Estudantes (UNE) passa a articular um novo movimento cultural, que ao mesmo tempo renova e resgata raízes: o Cuca (Circuito Universitário de Cultura e Arte). Dois grandes eventos culturais mexeram com a juventude brasileira no início deste ano. Um foi o Rock in Rio, megaevento que movimentou milhões de dólares, trouxe dezenas de atrações internacionais e reuniu milhares de jovens. O outro foi a 2ª Bienal de Cultura e Arte da UNE, que durante uma semana levou, para a mesma cidade, cerca de 10 mil estudantes. A mobilização nos dois casos demonstra como a cultura é algo importante e essencial na vida do país – e dos jovens em particular.

Mas a semelhança pára aí. O Rock in Rio – mesmo com o esforço de montar tendas alternativas, com palcos para bandas novas e artistas brasileiros – é exemplo do que a música e a cultura se transformam na globalização neoliberal. Uniformização e pasteurização são a marca de uma era em que a cultura vira um grande negócio e movimentava gravadoras, redes internacionais de TV e grandes estúdios cinematográficos – bilhões de dólares mundo afora. Onde quer que se vá, ouve-se a mesma música nos rádios, assiste-se aos mesmos cliques na TV e os mesmos filmes nas salas de cinema. O espaço para a diversidade, para o que é próprio de cada povo, de cada cultura, tem cada vez menos lugar no grande mercado cultural. Emblemática foi a saída, às vésperas dos shows, de grupos como o Rappa, inconformados com o tratamento desrespeitoso da organização, que pouca ou nenhuma atenção dava às bandas brasileiras.

O Rock in Rio até tentou, adotou o slogan "Por um Mundo Melhor", mas a aparência não conseguiu apagar a essência. No final, ficou claro que deveria chamar mesmo é "Por um lucro maior".

Alguns dias depois, a UNE tomou os espaços da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e muitos outros para mostrar um outro movimento – que cresce e ganha força no Brasil. A Bienal foi uma semana intensa em que aconteceram debates, oficinas, mostras, shows, festas – tudo em outro ritmo, outro canal, diferente do que é imposto todos os dias para a juventude.

As mostras que os estudantes universitários realizaram foram a prova de que existe vida inteligente no mundo do Bonde do Tigrão. Na mostra Vianinha de Artes Cênicas reuniram-se treze grupos, mais seis apresentações de dança – além de dois espetáculos convidados, "Rasga Coração" (encenada pelo grupo Grutacha) e "A Comédia do Trabalho" (da sensacional Cia. do Latão). O vigor dos textos e das apresentações renova a esperança de quem espera ver no palco algo além do apêndice das novelas globais. A criatividade fervilha dentro das universidades, mesmo com a falta de incentivo.

Chico Science foi o nome da mostra de música. O homenageado diz muito do que foi a mostra. O criador do Mangubeat foi exemplo da possibilidade de resgate de ritmos próprios, tradicionais

(no caso dele, principalmente o coco e o maracatu) para criar algo novo, que incorpora outros ritmos para criar um terceiro. Foi para quem anda fazendo isso nas universidades e fora dela que se abriu o palco da Bienal. As bandas e artistas convidados também deram mostra do que há de vivo e criativo na música popular brasileira – Nação Zumbi, Mundo Livre S/A, o rap de Gog e Faces da Morte, Tom Zé, Afro Reggae, Pedro Luís e a Parede, o Rappa e muitos outros.

Até áreas menos tradicionais (ou estimuladas) tiveram produção surpreendente. Na mostra de artes visuais expuseram artistas de 11 Estados, todos estudantes universitários, com influências, técnicas e conceitos completamente distintos. Os novos autores e amantes da leitura ganharam espaço no Café Literário; e a mostra Leon Hirszman de Cinema e Vídeo trouxe vídeos convidados, filmes selecionados e uma mostra retrospectiva.

Toda essa produção efervescente que acontece nas universidades precisa de mais espaço. E esse espaço tem de ser cavado, construído, ampliado. Nos debates que aconteceram, artistas inovadores de hoje e de outra época discutiram os caminhos da cultura brasileira. Segundo Tom Zé, que fez o show de encerramento da Bienal, "o importante é que a UNE está conseguindo limpar as estradas, as veias da nação, para novamente correr o sangue da esperança, da expectativa de justiça, das utopias da juventude e da ética". Um dos pontos altos da Bienal foi a presença do arquiteto Oscar Niemeyer, autor do projeto da nova sede da UNE na praia do Flamengo, que abrigará um grande centro cultural. Niemeyer foi discutir a originalidade da arquitetura, mas encerrou sua conferência com uma lição de vida, ao afirmar que "no momento o importante não é a arquitetura nem outra coisa, é o futuro do nosso país. Quando a vida se degenera, só a revolução".

Lado C: o morro veio nos chamar

Uma atividade merece destaque pelo que representou simbolicamente e na prática durante a Bienal. O Lado C foi o momento em que a cultura universitária saiu dos muros da universidade e foi aprender, trocar, mostrar e admirar o que é produzido nos morros do Rio de Janeiro. Foram feitas visitas ao Vidigal, à Mangueira e à Rocinha. Essas três comunidades têm centros de produção cultural (música, teatro, vídeo) organizados, mantidos e produzidos por elas próprias. Sai dali muita coisa boa de hip hop, documentários, samba... Mas muito pouco chega ao grande público. A riqueza dessa produção artística e desse intercâmbio vai, com certeza, continuar e criar raízes.

A UNE deu um passo muito importante com a Bienal. Além de consolidar o evento como um dos grandes momentos da cultura brasileira, saímos de lá com a articulação e a determinação necessárias para fazer crescer nossa cultura em movimento, com o lançamento do Cuca.

É histórica a atuação do movimento estudantil na cultura. Uma das mais expressivas expe-



Agitação cultural promovida pela UNE no Rio de Janeiro

riências brasileiras dessa área, o CPC (Centro Popular de Cultura), nasceu e floresceu na década de 60 na sede da entidade. Saíram dali muitos dos responsáveis por grandes realizações no cinema, no teatro, na música. O Cuca não pretende repetir ou reorganizar o CPC. Mas pretende ser, hoje, o que significou o CPC naquela época – um espaço e uma forma de democratizar o acesso à produção cultural nova e diversa, criar condições para sua circulação e afirmação.

De diversas formas, os estudantes já estão pondo o Cuca para funcionar – nas calouradas, por exemplo, alguns DCEs e UEEs promoveram shows e outros espetáculos para lançar o seu núcleo de circuito universitário.

A atenção que a diretoria da UNE e a UJS (União da Juventude Socialista) dispensaram à Bienal e que agora começam a tratar o Cuca não nasce do acaso. Faz parte do nosso caminho de fortalecer o movimento estudantil, de criar formas novas de participação e espaços para incorporar cada vez mais gente. Não existe movimento estudantil forte, com capacidade de mobilização e de luta se não for massivo.

A criação do Cuca vai permitir não só incorporar milhares de estudantes envolvidos com a produção cultural, mas vai, principalmente, significar uma forma de resistência à uniformização que não permite diversidade, à imposição que destrói o verdadeiro multiculturalismo e ajudar a fortalecer e

difundir a cultura nacional e popular. Não é coisa menor na cena política do país e do mundo. A cultura de um povo é a forma mais elevada de reconhecimento, união e fortalecimento de uma nação. E vamos batalhar, também nesse espaço, para construir um outro país e reforçar a identidade nacional – tão abalada nesses tempos de globalização cultural.

O sucesso da Bienal e o apoio que ela angariou entre os artistas, intelectuais, parlamentares e lideranças populares são prova de que esse caminho trilhado pela UNE está no rumo certo. Temos um grande desafio de ampliar esse caminho, colocar mais gente para fazê-lo junto conosco.

Ao prepararmos o próximo Congresso da UNE, que acontecerá em Goiânia, de 13 a 17 de junho, precisamos ter isso em mente. A organização e o fortalecimento do movimento estudantil sempre são temas importantes nos Congressos.

O papel político que a UNE joga na sociedade brasileira – ampliado com o grande fruto colhido com a Bienal da UNE – faz com que o Congresso seja palco de disputa acirrada. Por isso, a atenção do PCdoB e de toda a militância da UJS devem se voltar para garantir que, neste Congresso, o movimento estudantil continue no rumo da participação, da mobilização e da rebeldia.

*presidente da UNE e membro da direção da UJS

ASSINE



A CLASSE OPERÁRIA

Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020, São Paulo - SP
Tel.: 0 11 3104-4140 Correo eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

15 edições = R\$ 15,00

Pagamento:

<input type="checkbox"/> Cheque nominal	<input type="checkbox"/> Cartão nº
<input type="checkbox"/> Dinheiro	Validade
<input type="checkbox"/> Vale postal nº	<input type="checkbox"/> Depósito na conta
	Ag.0251
	C/C 48676-7, Banco Itaú

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

CEP: Estado:

Data de nascimento: / /

Tel.: ()

Profissão: **CDM**

Correio eletrônico: **Centro de Documentação e Memória**

Data da assinatura: **Fundação Maurício Grabois**

NACIONAL

Multinacionais pressionam para banir o amianto

ALDO ARANTES*

Entre os pontos apresentados pelos defensores do banimento do amianto, o principal argumento é que esse minério causa doenças tanto aos trabalhadores que o manipulam ou os produtos fabricados com ele, quanto aos usuários. Realmente a fibra causa danos à saúde, assim como outros produtos tóxicos, mas que são largamente usados em nosso dia-a-dia devido à sua necessidade, como os combustíveis e outros minerais. Por que então essa ofensiva em todo o mundo pelo bani-

mento do amianto? A discussão que se trava é importante, mas não dessa forma. As decisões já tomadas por algumas cidades brasileiras e até pelo governo do Mato Grosso do Sul na verdade definem o banimento sem levar em conta o impacto dessa ação, e sem conhecimento profundo sobre o mérito da questão.

Qualquer fibra mineral causa danos à saúde, sendo necessário avaliar a gravidade e a extensão deles. A teoria da contaminação é contestada por vários especialistas da área médica. Ocorre que no Brasil explora-se um tipo diferen-

te de amianto, o anfíbio, bem como a sua utilização é diferenciada da Europa. Além de ser apontado por vários especialistas como menos danoso à saúde, sua utilização é bem diferente da que ocorreu na Europa. Em especial na França, o amianto asbesto, um tipo mais nocivo, foi largamente utilizado com a técnica do jateamento, que desprende muita fibra, na construção de prédios com isolante térmico.

Outra diferença significativa é que no Brasil 95% do amianto é aplicado na fabricação de telhas e caixas d'água, numa proporção de

90% de cimento para 10% do minério. Na Europa, onde o banimento está programado para até 2005 devido à forma como ele foi usado, a decisão foi seguida de atos como a remoção do minério e início de pesquisas sobre os novos produtos que irão substituí-lo.

Do ponto de vista da saúde ocupacional, os danos citados pelos defensores do banimento são questionáveis, já que eles podem ser evitados por medidas de controle utilizadas nas fábricas de exploração do mineral. Exemplo disso é a Usina de Cana Brava, no município goiano de Minaçu, terceira maior jazida do produto do mundo, onde o nível de concentração de poeira é de 0,3 fibras por metro cúbico de ar, inferior ao limite de 2 fibras estabelecido como máximo pelo Ministério da Saúde. Além disso, a meta é reduzir esses níveis, chegando a zero.

Dados significativos são apresentados pela pesquisa feita pela Universidade de Campinas (Unicamp) em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de São Paulo. Ela mostrou que os problemas de saúde apresentados pelos trabalhadores caíram com o passar dos anos. A pesquisa foi realizada com 7 mil dos 10 mil trabalhadores e também ex-trabalhadores que atuaram na prospecção do minério no período entre 1967 e 2000 e menos de 1% apresentou doenças relacionadas ao amianto. Vale lembrar que apenas em 1978 a empresa proprietária da mina implantou medidas de controle mais rigorosas, fruto da luta do sindicato dos trabalhadores. O resultado é que, na avaliação do grupo de trabalhadores que ingressaram na mina a partir de 1981, apenas 0,1% apresentaram problemas.

É inacreditável que o lobby internacional questione uma pesquisa realizada por sérias instituições brasileiras em função de pesquisas internacionais. Não se trata de discutir a capacidade, mas de levar em consideração as realidades diferentes. Ao contrário dos dados internacionais, essa pesquisa em questão foi feita no Brasil e avaliou os trabalhadores que atuam na exploração do amianto crisotila.

Se o dano à saúde dos trabalhadores pode estar sendo controlado, a alegação de que os produtos com amianto fariam mal à saúde de quem os usa é ainda mais vaga. Os defensores falam de problemas como o câncer de intestino em função da utilização de água contida em caixas de amianto, mas não há qualquer estudo que comprove isso. Pelo contrário, pesquisas mostram que a incidência de câncer na população brasileira é normal, apesar de 80% das residências utilizarem caixas d'água de amianto e 50% telhas do mesmo produto. Considerando a proposta, seria preciso nesse caso banir todas as caixas d'água e telhas de amianto das casas dos brasileiros.

Caso o banimento não se concretize, mesmo com os argumentos inconclusivos apresentados pelos defensores do banimen-



Arantes: contra os lobbies

to, a medida trará graves consequências sociais. A cadeia do amianto alimenta atualmente mais de 220 mil empregos em todo o país e pelo menos 4 mil famílias no município de Minaçu. O minério é um dos produtos explorados pelo setor mineral no Estado. No ano passado movimentou quase 170 milhões reais, o segundo maior valor comercializado entre os minérios explorados.

Por trás dos lobbies pelo banimento do amianto está a indústria internacional que deseja ampliar o mercado para os produtos sintéticos que poderão substituí-lo. Essa possível substituição, no entanto, só trará prejuízos para Goiás e o Brasil. Temos matéria-prima e não podemos abrir mão dela por um material do qual nem mesmo se sabe sobre os efeitos. Até mesmo a comunidade européia, que aprovou o banimento e está estudando os prejuízos desses novos produtos, não descarta a possibilidade de reverter a decisão do banimento, caso se comprove problemas com os seus substitutos.

Esse jogo das empresas multinacionais envolve e afeta gravemente os países mais pobres, onde o minério é utilizado em produtos usado pela maioria da população por ser uma alternativa de moradia mais barata. Optar pelo banimento é renunciar nossa matéria-prima em troca de algo que não se conhece. Além das consequências para a população mais carente, que passaria a pagar mais caro pelos produtos, e para a economia do país, nem mesmo as empresas produtoras perderiam com essa substituição. A empresa que explora o minério do Brasil pertence a um grupo francês que já dispõe de produtos sintéticos para substituir o amianto. Além disso, a mineradora receberia indenização de R\$ 400 milhões da União.

Não ouvimos resposta para várias perguntas e fica apenas a nuvem escura sobre essa intrincada polêmica e a indignação por uma articulação que só prejudica Goiás

Trabalhadores defendem saúde e emprego

Classe entrevistou Adilson Santana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Minerais Não-Metálicos de Minaçu-GO, sobre o banimento do amianto.

Classe: Ao defender o amianto, o Sindicato não está colocando em risco a saúde do trabalhador em função do emprego?

Adilson: Defendemos a questão do emprego, mas o principal é a questão da saúde do trabalhador. Defendemos que é possível trabalhar com o mineral de forma segura porque a experiência nos mostrou isso, com dados que comprovam essa posição. É possível trabalhar com o minério sem que o trabalhador corra qualquer risco. A fibra do amianto não é um problema de saúde pública, mas sim de saúde ocupacional, que pode perfeita-

mente ser contornado, com os trabalhadores atuando num local sem risco nenhum. Isso é comprovado inclusive por uma pesquisa técnico-científica.

Classe: Então o amianto é totalmente seguro?

Adilson: Hoje podemos dizer que o trabalho nas minas e nas fábricas de fibrocimento é seguro. Essa situação foi conquistada ao longo dos anos e fruto da luta dos trabalhadores. Nos últimos 15 anos, a indústria de amianto passou por avanços significativos, entre eles a melhoria no controle e nos pactos firmados entre trabalhadores e patrões com a participação do Sindicato. Isso resultou na melhoria dos programas de proteção à saúde do trabalhador.

Classe: Quais os prejuízos que o banimento causaria?

Adilson: Mais de 4 mil famí-

lias seriam atingidas com o fim da extração do minério em Cana Brava. Estaríamos trocando nossa matéria-prima e os nossos trabalhadores por um material sintético produzido por outros países. Além disso, acreditamos na exploração controlada do amianto, mas devido ao processo de banimento que está sendo processado no Brasil, não podemos admitir que o seu banimento seja discutido sem considerar a questão dos trabalhadores. Se o argumento é a saúde dos trabalhadores, é preciso definir questões como aposentadoria especial, o destino dos desempregados e quem vai se responsabilizar caso algum deles apresente problemas de saúde. Como vão ficar os trabalhadores? Primeiro teríamos de discutir isso para depois encaminhar qualquer decisão quanto ao banimento. E isso não está ocorrendo.

Ameaça à soberania e integridade territorial

BOSCO ROLEMBERG*

O Ministro da Ciência e Tecnologia Ronaldo Sardenberg veio a Sergipe assinar convênios diversos. Aproveitei a oportunidade para cobrar esclarecimentos sobre uma grave denúncia que afeta a soberania e integridade territorial do Brasil, feita pela Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobrás).

Em acordo assinado em abril do ano passado entre o Ministro e o Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Anthony Harrington, a base de lançamentos de satélites em Alcântara no Maranhão seria alugada ao governo dos EUA por 30 milhões de dólares anuais. A cobiça norte-americana deriva da posição estratégica da base para atividades aeroespaciais, situada logo abaixo da linha do equador, propiciando economia de 30% de combustível.

Na prática o Brasil perderá uma parte do seu território, que

passará a ser controlada por Washington, além de ser impedido pelo acordo de usar os recursos do aluguel para realizar investimentos em pesquisas e programas aeroespaciais nacionais desenvolvidos pelo ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica) e pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). O Brasil fica proibido também de controlar os materiais e atividades da base militar ianque.

O interesse geopolítico do Tio Sam sobre a Amazônia é a grande questão em jogo. Novas investidas do governo dos EUA para ocupação e controle da região estão em curso, dentre elas destaque-se o Plano Colômbia que, a pretexto de combate ao narcotráfico, desencadeou desde 13 de janeiro deste ano a chegada de milhões de dólares, equipamentos, armamentos e tropas norte-americanas no país vizinho.

Os EUA mantêm a base militar de Guantanamo em Cuba, e montaram novas bases militares

no norte do Equador e na Ilha de Aruba, no Caribe

A Nasa, agência espacial americana, vai inaugurar em Santarém, no Pará, novas instalações de um amplo projeto de pesquisa sobre a Amazônia.

A Nasa é parceira do governo brasileiro no projeto, que hoje funciona em nove postos espalhados pela região. O décimo será o de Santarém.

Lá está sendo construído um complexo de laboratórios, de onde serão coordenadas as atividades de três estações de pesquisa instaladas na floresta. O complexo deve entrar em funcionamento até o mês que vem.

Vê-se assim a importância do alerta feito pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás e a necessidade imperiosa de todos os cidadãos, nas escolas, nos bairros, nas empresas assumirem o movimento em defesa da soberania nacional.

*presidente do PCdoB/SE

*deputado federal PCdoB/GO

NACIONAL

Um olhar feminino no futuro

JANDIRA FEHALI*

A conquista de direitos foi marcante no século XX, dentro das alterações macroeconômicas e sociais, que caracterizaram a evolução da sociedade contemporânea. Ao fazermos uma retrospectiva, constatamos que no caso das mulheres, as mudanças superaram diversas etapas e mesmo resistências. Além do movimento feminino organizado, houve a necessidade do respaldo institucional, inscrevendo na Constituição e nas leis o texto de cada vitória.

No campo político, conquistamos, mais do que o direito ao voto, a possibilidade de sermos eleitas para cargos eletivos. O direito à liberdade, à vida e o combate à discriminação. Lutamos por um atendimento de saúde que garantisse que nossa opção pela maternidade fosse sustentada por uma assistência de qualidade e que pudéssemos acompanhar nossos filhos nos primeiros quatro meses de vida em tempo integral, sem prejuízo salarial e de emprego. A legislação também avançou no que se refere à equidade dos salários entre homens e mulheres, para não estender-me em mais citações.

No entanto, apesar das conquistas, entramos no século XXI com realidade e dados que nos remetem a séculos anteriores. Mulheres ainda morrem ao parir seus filhos, apanham dos companheiros como se fossem propriedade, recebem salários menores ao exercerem a mesma função que homens, empobrecem velozmente e acessam com muita dificuldade os espaços de poder.

Hoje se fala em um novo direito, o direito ao futuro. A promoção de ações que permitam que nossos filhos e netos possam usufruir do meio ambiente e da história do país. O direito ao futuro nos faz pensar no nefasto papel das elites e suas representações e tam-



Socorro Gomes e Jandira Feghali, deputadas do PCdoB

bém nos remete ao que deve jogar a sociedade como tal. Só a legislação, infelizmente não basta.

O último Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas aponta neste sentido. Segundo o documento, elas representam 70% do total dos que vivem em situação de miséria absoluta; são 2/3 dos analfabetos; a carga horária diária de trabalho é, aproximadamente, 13% superior à dos homens e o salário, em média, 25% menor.

Enquanto a sociedade não demonstrar seu respeito à parcela da população que hoje representa a maioria, nossos direitos continuarão ignorados. Os índices de violência familiar a que estamos submetidas provam o quão somos desrespeitadas. Segundo estudo da Dr.ª Valéria Pandjarijiam, do Comitê Latino-Americano e do Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher, mundialmente um em cada 5 dias de falta ao trabalho é decorrente de violência sofrida por mulheres em suas casas. A cada 5 anos, a mulher perde 1 ano de vida saudável se sofre violência doméstica. Na América Latina incide sobre 25% a 50% das mulheres. Os custos com este tipo de agressão são da ordem de 14,2% do PIB.

No Brasil, a cada 4 minutos, uma mulher é agredida em seu próprio lar por uma pessoa com quem mantém relação de afeto. As estatísticas disponíveis e os regis-

tros nas delegacias especializadas de crimes contra a mulher demonstram que 70% dos incidentes acontecem dentro de casa e que o agressor é o próprio marido ou companheiro; mais de 40% das violências resultam em lesões cor-

porais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos.

Como se não bastasse, o governo brasileiro anuncia para este ano alterações profundas na legislação relativa ao trabalho, como exigem potências e organismos financeiros internacionais.

Como podemos contemplar o futuro quando direitos duramente conquistados ainda nos são negados? Devemos, agora neste primeiro Dia Internacional da Mulher do século XXI, abrir a discussão por nosso direito com um olhar feminino, inexistente nas políticas públicas brasileiras. O direito ao trabalho, como trabalhadora e não como escrava e a proteção da sua integridade física e psicológica devem estar no centro das nossas

preocupações. Respalçadas pela Constituição Federal e pela Consolidação das Leis do Trabalho temos a obrigação de divulgar nossos direitos àquelas que sofrem toda sorte de discriminação sem saber que a legislação não o permite.

Realizar um debate para mudanças de relação no núcleo familiar e todos os fatores que nele interferem. Exigir definições verdadeiras e não de marketing dos diversos governos para que executem ações de combate à violência contra a mulher. Precisamos resistir e avançar. Lutar pelo século da igualdade. Nenhum direito a menos e garantir direitos a mais.

*deputada federal (PCdoB/RJ) e coordenadora da Bancada Feminina no Congresso Nacional

Mulheres contra a dívida externa

UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES

Comemoramos mais um Dia Internacional da Mulher lutando para não perder conquistas alcançadas pelo movimento de mulheres ao longo de anos e anos de combates e esforços. Os ventos do neoliberalismo chegaram varrendo e ameaçando nossos avanços. O governo FHC tem feito sérias investidas contra as(os) trabalhadoras(es) colocando em discussão direitos como repouso semanal remunerado, férias e licença maternidade. As condições de vida das(os) trabalhadoras(es) e do povo pioram a cada dia. O desemprego se alastra, aumentando o número de excluídos. Cresce o número de mulheres chefes de família, que recebem os salários mais degradados. E tudo isso em consequência do pagamento, à custa de nosso suor e de nosso sangue, de uma dívida externa e de seus juros extorsivos, que não ajudamos a

criar. Somente em 1999, 67 bilhões de dólares foram parar nos bolsos dos credores, em geral grandes bancos e empresas estrangeiras.

Então perguntamos: quantas moradias populares, hospitais e escolas poderiam ser construídas com este dinheiro? Quantas doenças poderiam ser erradicadas? Quantas mortes de mulheres no parto e pós-parto poderiam ser evitadas? Em contrapartida, continuamos devendo 235 bilhões de dólares!

E quais são as consequências? Faltam creches e escolas, as existentes estão em situação precária. As condições de saúde das mulheres e da população pioram a olhos vistos. O número de mulheres afetadas pela AIDS subiu nos últimos anos de uma para 15 homens, chegando ao triste recorde de 1 x 1. Os índices de mortalidade materna não se reduziram, apesar do compromisso assumido pelo governo em 1995, em Beijing, durante a IV Confe-

rência da ONU sobre a Mulher de reduzir este índice em 50% até o ano 2000. A violência doméstica já é um problema de saúde pública, sem programas que visem a combatê-la. A cada hora 7 mulheres estão envolvidas em situação de violência em nosso país.

Diante deste quadro exigimos a suspensão do pagamento da dívida externa, com auditoria, para que as trabalhadoras e os trabalhadores sejam tratados como seres humanos e que tenham preservados os seus direitos, como previdência social e aposentadoria por tempo de serviço, condição indispensável para o exercício da cidadania. Queremos dias melhores para as mulheres e suas famílias. E afirmamos:

*Direitos a mais!
A menos, não!
Dívida externa,
Suspensão!!!
Por um mundo de igualdade,
contra toda opressão!*

LRF: o desafio de romper a cortina de fumaça

CÉLIO DE CASTRO*

"São três as questões básicas da lei: garantia absoluta ao credor financeiro, destruição do pacto federativo e congelamento do gasto social."

(Deputado federal Sérgio Miranda PCdoB/MG)

O debate que se trava hoje em torno da Lei de Responsabilidade Fiscal, da maneira como tem sido conduzido pelos governistas, fundamentado no sofisma da moralidade, não passa de uma cortina de fumaça. Tal cortina busca persuadir os incautos de que o objetivo principal é a moralidade e o equilíbrio das finanças públicas. Claro que esse objetivo é justo e com ele todos os de bom senso concordam. Sob a névoa da fumaça, escondem-se questões fundamentais e desvia-se a atenção da sociedade das reais intenções de seus idealizadores e das consequências desastrosas deste verdadeiro ajuste fiscal que penaliza os municípios e, claro, os cidadãos brasileiros.

Uma leitura atenta revela que o real objetivo da chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, articula-

da pela área econômica do governo federal, sob a capa da moralidade pública, é realizar um ajuste fiscal que produza superávits de acordo com a exigência do Fundo Monetário Internacional.

Tenho me manifestado, de maneira categórica, contra a Lei de Responsabilidade; e agora, diante dos primeiros resultados de sua aplicação, reafirmo o apelo para que a sociedade busque conhecê-la em detalhes e possa ampliar e aprofundar o debate, rompendo com a grande campanha de manipulação de opinião pública engendrada pelos seus defensores. Minha posição está respaldada na situação totalmente equilibrada das finanças da Prefeitura de Belo Horizonte, que mantém em dia todos seus compromissos, não demitiu nenhum funcionário público e gasta 13,11% de orçamento em investimentos, 78% em custeio e apenas 8,7% em serviços da dívida. Além disso, entrando no terceiro mandato do projeto democrático e popular, em Belo Horizonte não se aceita a corrupção e o desvio de dinheiro público. Bem diferente do governo federal, que gasta 90,76% em custeio e apenas 1,93% em investimentos...

A pretexto de moralizar os



Célio: responsabilidade social

gastos públicos, a lei agride os princípios fundamentais do pacto federativo ao interferir na autonomia de Estados e municípios, obrigando-os a cumprirem metas que atendem unicamente aos objetivos da política econômica e social implementada pelo governo federal. Esta interferência se reflete, entre outros pontos, na proibição das operações de crédito entre órgãos da Federação, como fundos estaduais ou autarquias, e as cidades. Em consequência do artigo 35, os Estados estão hoje impedidos de repassar mais de US\$ 2 bilhões aos municípios brasileiros. A pre-

texto de moralizar os gastos públicos, a lei ignora e fere a Constituição Federal em vários outros aspectos, o que tem gerado várias ações diretas de inconstitucionalidade (ADINS) que tramitam no Supremo Tribunal Federal. A pretexto de moralizar os gastos públicos, a Lei de Responsabilidade Fiscal, complementada pela Lei 10.028, implanta a criminalização da gestão pública ao estabelecer a prisão de prefeitos, caso eles não cumpram todas as metas previstas. Aliás, para combater a corrupção, o desvio de dinheiro público e a improbidade administrativa, o país já tem várias outras leis, tais como a Lei do Colarinho Branco e a Lei Camata, a Resolução 78 do Senado Federal e a própria Lei Eleitoral.

Em centenas de municípios, os cidadãos brasileiros, já penalizados pelo verdadeiro quadro de devastação social resultante da política econômica desenvolvida pelo Palácio do Planalto, sentem os resultados da Lei de Responsabilidade Fiscal. Além de serem obrigados a cumprir as exigências financeiras da lei, muitas delas a custo do aumento de impostos, os prefeitos estão impedidos de reali-

zar políticas sociais que busquem minimizar, em nível local, os impactos nefastos da política do governo federal.

A implantação e a ampliação de programas reconhecidos internacionalmente como instrumentos eficazes no combate à pobreza, como o bolsa escola, estão comprometidos. Em vários municípios, prefeitos se vêem obrigados a cortar recursos de programas que atendem diretamente a população para cumprirem a determinação de que em nenhuma hipótese podem deixar de saldar dívidas financeiras. Ao contrário, portanto, do que apregoam aqueles que se apresentam como defensores da moralidade e em nome da lisura no trato do gasto público, a Lei de Responsabilidade Fiscal não trata, em nenhum de seus 77 artigos, divididos em 10 capítulos, da questão alardeada. Trata sim do interesse do governo federal em atender as exigências impostas pelo FMI, neste momento em que, mais do que nunca, o país precisa de uma política de Responsabilidade Social.

*prefeito de Belo Horizonte

MOVIMENTO

A "reforma" trabalhista está armada

ALCIDES AMAZONAS*

Segundo a voz autorizada do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP –, o governo federal montou uma engenhosa operação para concluir o desmonte dos direitos sociais dos trabalhadores. Os principais atores que entrarão em cena, diz o editorial do jornal da entidade, são as confederações patronais e as centrais sindicais Força Sindical e Social Democracia Sindical – SDS –, os partidos que sustentam o governo, puxados pelo PSDB, e o Ministério do Trabalho e Emprego. A idéia, prossegue o DIAP, é promover um grande debate no Congresso sobre o tema, chamando a atenção para matérias sem chances de aprovação, enquanto as propostas que realmente interessam, para as quais há condições de votação, serão aprovadas sem maiores resistências. Consciente das dificuldades para aprovar emendas constitucionais, principalmente sobre esse delicado assunto, o governo pretende deixar aos aliados parlamentares e sindicais a tarefa de propor mudanças nos artigos 7º e 8º da Constituição. Com essa armação, o objetivo é levantar o debate no Congresso, inclusive constituindo Comissões Especiais, enquanto o Ministério do Trabalho e Emprego, supostamente mais realista, propõe mudanças por meio de me-

didias provisórias, decretos, projetos de leis e outras artimanhas. O Jornal do DIAP alerta: trata-se de um jogo de profissionais.

O patronato deve estar distribuindo abraços calorosos e emocionados aos dirigentes das centrais sindicais que estão nessa confraria que o DIAP chama de "grupo força tarefa". A "reforma" trabalhista sempre foi um assunto espinhoso para o governo. A idéia de retirar da legislação garantias legais, como pagamento do FGTS, 13º salário, adicional de férias, entre outras, pode incendiar o país. Em 1991, o governo Collor enviou ao Congresso dois projetos de lei sobre o tema e despertou a revolta dos trabalhadores. Nos seis anos de FHC como presidente da República, essa é a única mudança na Constituição que nem sequer foi encaminhada ao Congresso. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 623/98, que propunha alterações nos artigos 8º, 111 e 114 da Constituição e gerou faíscas pelo país afora, foi arquivada. Temendo a reação dos trabalhadores, o governo preferiu adotar a tática de "discutir" com as centrais sindicais e assim passar a imagem de que o processo é democrático e legítimo – uma tática, aliás, que tem sido eficiente, como mostra o papel da Força Sindical e da SDS no "grupo força tarefa".

O que existe de fundo nessa

questão é a necessidade inegociável do governo de promover essas mudanças para esculpir as relações de trabalho à imagem e semelhança do projeto neoliberal. Não há como o capital, sobretudo o estrangeiro, realizar seus objetivos na economia "globalizada" sem que os direitos dos trabalhadores assegurados na Constituição de 1988, resultado de duras lutas e que já constavam de convenções coletivas de muitas categorias, sejam eliminados. A desregulamentação do trabalho tem importância fundamental para o novo modelo "global" de organização da economia, que agrupa grandes empresas com pequenas e médias unidades dispersas pelo mundo afora, mas articuladas entre si na forma de cadeias de produção. Nessa nova divisão internacional do trabalho, na qual o sistema "toyotista" de terceirização é largamente utilizado, há, basicamente, duas grandes categorias de trabalhadores: os altamente especializados, situados no pico da pirâmide do modelo "global" – os grupos monopolistas e oligopolistas – e os empregados em unidades periféricas, de vínculo precário, temporário ou incumbidos do trabalho em domicílio. Recentemente, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou artigo dizendo que em Buenos Aires e sua região metropolitana, na Argentina, onde os direitos trabalhistas foram escandalosamente elimina-

dos, 41,7% dos trabalhadores estão subempregados e trabalham mais horas do que o normal – cerca de 12 horas diárias –, sem receber horas extras

Esse será o destino das relações de trabalho no Brasil, caso a "flexibilização" da legislação trabalhista seja concluída. É um problema, portanto, essencialmente político. O governo promove essas discussões estridentes e ocas com a centrais, e ao mesmo tempo esvazia os sindicatos – editando medidas como a "conciliação prévia", pela qual o trabalhador é impelido a fazer "acordo" com o patrão sem passar por todas as instâncias da Justiça do Trabalho e sem recorrer ao sindicato. Por meio de instrumentos como esse, vai se criando a idéia de que não há mais necessidade da organização sindical como instrumento de defesa dos interesses dos trabalhadores. Os acordos trabalhistas são individuais e não cabe ao sindicato representar os trabalhadores coletivamente.

Organizar a resistência, constituindo uma frente única, nos parlamentos, nos sindicatos, nas ruas é o desafio para a oposição. Apesar das dificuldades no Congresso, o governo pode criar uma tendência favorável. Quando o debate estiver aberto, por meio da armação das forças governistas, é provável que caravanas de lobistas a serviço dos interesses do capital mon-



Alcides: organizar a resistência

tem acampamentos em Brasília. As forças que formaram o "centrão" na Constituinte de 1988 para implodir as propostas de avanços sociais na Constituição, hoje agrupadas em torno do governo FHC, podem passar o trator sobre o que resta da legislação trabalhista caso não haja uma resistência organizada dos trabalhadores. A preliminar da gigantesca batalha que pode estar começando aconteceu recentemente com a escandalosa eleição dos presidentes do Congresso e do Senado. O bloco governista já emitiu sinais claros de que usará todos os artifícios para pendurar nas costas dos trabalhadores os custos do modelo "global" da economia neoliberal.

*vereador pelo PCdoB/SP, capital

O governo contra os trabalhadores e os sindicatos

ALDO REBELO*

O arquivamento da Proposta de Emenda Constitucional – PEC nº 623/98 – foi uma importante vitória para o movimento sindical. Enviada ao Congresso Nacional, em 3 de novembro de 1998, a PEC nº 623 propunha a alteração dos artigos 8º, 111 e 114 da Constituição Federal, que tratam da organização sindical e do funcionamento da Justiça do Trabalho.

De acordo com as propostas de mudança no artigo 8º, apresentadas pelo governo, extinguiu-se o preceito da unicidade sindical, segundo o qual é vedada a criação de mais de uma organização sindical, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, e instituiu-se a mais completa liberdade de criação de sindicatos, sem obrigatoriedade de observância do critério de categorias profissionais ou econômicas. Propunha, ainda, a extinção da contribuição confederativa e a sua substituição por contribuição aprovada em assembléia geral, a ser paga apenas pelos sócios.

As mudanças propostas nos artigos 111 e 114 limitavam o poder normativo da Justiça do Trabalho, bem como o acesso a ela pelas partes em conflito. De acordo com as mudanças propostas no artigo 114 da Constituição, a Justiça do Trabalho, no exercício da sua competência normativa, limitar-se-ia, nas hipóteses de cláusulas econômicas, a decidir entre duas propostas finais das partes ou no intervalo entre ambas. Vedava também o ajuizamento de dissídio coletivo perante a Justiça do Trabalho, sem que tivesse havido, an-



Aldo: direitos ameaçados

teriormente, uma tentativa extrajudicial de conciliação.

A pretexto de modernizar a estrutura sindical brasileira e estimular a prática da negociação, a proposta do governo suprimia inúmeros direitos adquiridos dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, tratava de impedir que a Justiça fosse em seu socorro, deixando-os à própria sorte.

O seu arquivamento, por força do parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, significou uma certa trégua para o movimento sindical. Mas o governo já promete nova investida contra a organização dos trabalhadores. A intenção é a mesma: reduzir o poder dos sindicatos, limitando sua representação apenas aos associados; instituir o sindicato por empresa, para que as negociações trabalhistas sejam feitas de forma pulverizada, o que irá contribuir ainda mais para diminuir a força da pressão dos trabalhadores; por fim, asfixiar financeiramente as organizações de trabalhadores e desmontar os direitos coletivos dos assalariados.

O governo FHC aposta sempre na precarização do trabalho, na quebra do movimento sindical. Este é o sentido das medidas já adotadas pelo atual governo: trabalho temporário, trabalho parcial, demissão voluntária, banco de horas, denúncia da Convenção 158 da OIT, redução do FGTS, implantação das comissões de conciliação prévia, fixação do salário mínimo em valores irrisórios, drástica redução dos direitos previdenciários, com a instituição do tempo de contribuição e do fator previdenciário, entre outras medidas que reduziram os direitos do trabalho, impuseram limitações ao direito de greve e à livre organização sindical.

Também os servidores públicos estão sendo alvo de drásticas medidas por parte do governo: foram impostas perdas significativas em seus direitos previdenciários e trabalhistas, como a estabilidade, a universalidade do concurso público e a isonomia entre as remunerações. O congelamento salarial dos servidores já dura seis anos.

O arquivamento dessa proposta foi apenas uma estratégia do governo, que deverá, com certeza, investir com mais força e mais amplamente. Há algum tempo o Palácio do Planalto vem ameaçando enviar ao Congresso uma Proposta de Emenda à Constituição alterando o art. 7º da Constituição Federal, para impor a livre negociação e o fim a toda proteção legal dos trabalhadores brasileiros, alcançada ao longo de décadas de lutas. Pelas mudanças propostas pelo governo, a negociação de direitos trabalhistas como 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e pagamento de férias teria

de ser feita exclusivamente entre patrões e empregados. Proposta apresentada pelo Ministro do Trabalho e do Emprego extingue o benefício do abono-salarial, previsto pela Lei nº 7.998/90, e a multa de 40% sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Como se vê, há toda uma agenda contrária à livre organização dos trabalhadores e aos princípios constitucionais da tutela ao trabalho, à valorização do trabalho

humano e aos ditames da justiça social, inseridos em nossa Constituição como princípios maiores. Caberá aos trabalhadores organizados e às forças progressistas que se mantêm fiéis à luta em defesa da implantação da verdadeira democracia social e política em nosso país, unirem-se contra mais esse golpe.

*deputado federal PCdoB/SP

Vitória da unicidade sindical no congresso da Contag

MERY BAHIA

Com 36% dos votos no 8º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, a chapa de oposição – Movimento em Defesa da Contag –, que teve como presidente Edson Pimenta, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia, apesar de não ter conseguido se eleger para a direção da Confederação, comemora a vitória das propostas apresentadas. Pimenta lembra que a direção da Contag sofreu uma grande derrota ao tentar manipular a votação sobre a unicidade sindical no congresso, que aconteceu de 14 a 17 de março, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília.

"Apesar de os delegados reafirmarem em todos os congressos a defesa da unicidade sindical, a diretoria da Contag não se conformou e colocou mais uma vez sua proposta em votação e mais uma vez os trabalhadores disseram

não: não ao divisionismo, não ao atraso no Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR)", ressalta Pimenta, que saiu do Centro de Convenções carregado por delegados representantes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, vindos de diversos Estados.

A chapa de oposição obteve 676 votos (36%), contra 1.192 votos da chapa da situação (63,47%). Sobre o resultado, Pimenta comenta: "Eles usaram a máquina da Contag e todo tipo de pressão contra os delegados, ameaças e compra de votos, que foram denunciados por vários trabalhadores e trabalhadoras rurais". Mas, apesar de estarem com o poder e toda estrutura administrativa e financeira nas mãos, "tiveram de se conformar com a derrota de suas propostas", diz, lembrando mais uma vez que os trabalhadores e trabalhadoras rurais estão decididos pela unicidade sindical e não aceitam de forma alguma qualquer proposta para dividir o MSTR.

INTERNACIONAL

EUA: uma sociedade encarcerada ou América no cárcere

AUGUSTO CÉSAR BUONICORE*

Durante cerca de uma década os Estados Unidos apresentaram um crescimento econômico ininterrupto. Para muitos esta era a prova viva da pujança do capitalismo sob a égide do neoliberalismo. Hoje somente se fala no pouso da economia americana. Trata-se apenas de saber se ele será suave ou cheio de turbulências.

Mas um fato, em geral, é sempre esquecido: mesmo no auge de sua pujança a economia norte-americana não se mostrou uma boa mãe para os trabalhadores pobres, especialmente para seus filhos de raça negra. O milagre econômico americano beneficiou apenas 20% da população.

Os dez anos de crescimentos não conseguiram alterar em quase nada a situação das crianças mais pobres. Ainda hoje 18,3% das crianças americanas vivem abaixo da linha da pobreza. Desde a subida de Reagan ao poder em 1979 o salário médio americano tem conhecido uma queda real no seu valor e observou-se um rápido processo de concentração de renda. A renda dos 20% mais ricos aumentou em 26% enquanto a renda dos 20% mais pobres caiu em 9%. Índices como estes fizeram com que o EUA ficasse com o vergonhoso título de campeão em desigualdade social entre os seus pares do primeiro mundo.

O Estado recordista em desigualdade social é o Estado do Texas que até pouco tempo era governado por George W. Bush. O Texas tinha em 1999 26% de suas crianças vivendo abaixo da linha da pobreza. Um sinal sombrio do que espera a população pobre norte-americana com o seu novo governo republicano.

O principal índice que os apologetas da economia de mercado norte-americana utilizavam para demonstrar seu sucesso era o do nível de desemprego, um dos menores do mundo. Mas o que este índice esconde é que 25% dos trabalhadores americanos se encontram em empregos de caráter temporário e de tempo parcial; este tipo de emprego precarizado cresceu cerca de 500% entre 1980 e 1997. Outro fator que garantiu um rebaixamento dos índices de desemprego é que uma parte considerável de seus cidadãos se encontra aprisionada. Foi através da precarização do trabalho e do encarceramento que os governos neoliberais mantiveram o nível de emprego dos norte-americanos.

América: uma sociedade encarcerada

Sem dúvida nenhuma, um dos lados mais perversos do chamado milagre norte-americano foi o crescimento astronômico da população carcerária que hoje ultrapassa 2 milhões de pessoas, a maior população carcerária do mundo em termos absolutos e relativos. Nos EUA se tomarmos em conta a população masculina entre 20 e 39

anos, constatamos que 11% dos negros, 4% dos hispânicos e 1,5% dos brancos estão cumprindo pena em reclusão.

A taxa de encarceramento no início da década de 70 era inferior a 100 presos por 100 mil habitantes e, hoje, subiu para 650 presos por 100 mil habitantes. Ela é cerca de 12 vezes maior que a taxa média européia. A democracia americana tem hoje, em números relativos, o dobro de prisioneiros que possuía a África do Sul no tempo do Apartheid.

Novamente o Texas detém o recorde nacional, e internacional, possuindo em 1995 126 mil pessoas enclausuradas, numa média de 700 por 100 mil habitantes. Um número que, com certeza, já foi superado em 2000.

A política de encarceramento tem servido para camuflar os índices de desemprego, pois, se os níveis de encarceramento fossem hoje iguais aos do final da década de 70 a taxa de desemprego norte-americana subiria de 4% para 6%, impactando negativamente o conjunto da economia internacional.

O mais grave é que estes números não incluem as pessoas em liberdade vigiada e sob liberdade condicional. Entre os anos de 1985 e 1995 o número dos que viviam sob liberdade vigiada e condicional subiu de 2,3 milhões para 3,7 milhões. Ou seja, a população que, de alguma forma, está submetida à tutela legal ultrapassou em 1995 a cifra de 5,7 milhões de pessoas, numa média de 2 mil pessoas por cada 100 mil habitantes. A previsão é que ainda no primeiro ano deste século mais de 7 milhões de norte-americanos estarão sob tutela legal.

A maior parte dos condenados são jovens com menos de 30 anos, de raça negra e que não terminaram os estudos secundários. Em geral são colocados atrás das grades por delitos pequenos, não-violentos, estes representam 70% dos casos. Cerca de um terço das condenações se devem às novas e draconianas leis sobre entorpecentes. No Texas mais da metade dos jovens aprisionados foram condenados por estar de posse de menos de uma grama de droga, ou seja eram apenas consumidores ou pequenos vendedores.

As novas leis sobre entorpecentes e a política de "tolerância zero" adotada em algumas cidades americanas levaram que, pela primeira vez, os prisioneiros negros somassem 55% da população carcerária, enquanto sua representação no conjunto da população americana não ultrapassa 8%. Entre a população negra americana a taxa de encarceramento chegou ao índice absurdo de 1.800 prisioneiros por 100 mil habitantes. Índice inédito na história contemporânea.

A guerra às drogas iniciada por Reagan parece ter se confundido com a guerra contra comunidade negra dos Estados Unidos. O combate ao tráfico e ao consumo de drogas se concentrou nos guetos negros, sendo esquecidos os bairros de maioria branca, sem que existisse qualquer comprovação de que o nível de consumo se-

ria diferenciado entre os brancos e os negros.

O mercado e as prisões

A existência de 2 milhões de prisioneiros passou a representar para os capitalistas americanos uma nova possibilidade de realizar grandes negócios. Nasce uma nova indústria, a do encarceramento, cujas taxas de lucro crescem dia a dia e rivalizam com os setores tradicionais da economia. Inexistente antes de 1980, o número de "prisioneiros privatizados" chegou a 15 mil em 1990 e ultrapassou 70 mil em 1995.

Hoje apenas duas companhias controlam a administração de presídios nos EUA. A líder desse novo mercado é a Corrections Corporation of America (CCA), que administra metade dos presídios privados do país, o que representa 6% de toda população carcerária (120 mil presos). Ela cobra do Estado cerca de US\$ 25 por detento e lucra com isso US\$ 3 milhões por mês. Estas lucram ainda com a aluguel da força de trabalho dos prisioneiros para outras companhias privadas.

As empresas de encarceramento negociam também a instalação de diversos serviços nos presídios. Este tem sido, inclusive, um campo de disputa entre as grandes companhias de telefonia americanas. Afinal um telefone público, um dos únicos meios de contato do preso com o mundo exterior, rende a cada empresa cerca de US\$ 15 mil, cinco vezes mais do que a média. A AT&T, a Sprint e a MCI cobram dos presos e de seus familiares seis vezes o custo normal de uma chamada de longa distância dentro dos EUA.

Afirmou em entrevista à *Folha de S. Paulo*, o professor Alain Labrousse, presidente do Observatório Geopolítico das Drogas: "Nos EUA, a luta contra as drogas permitiu o aparecimento de um complexo carcerário-industrial, cujo objetivo principal parece ser a gestação do grande número de excluídos do crescimento econômico. A política de 'tolerância zero' tirou das ruas os desemprega-

dos e os transformou em trabalhadores, o que fez com que aparecesse um lucrativo mercado de prisões privadas".

Encarceramento: a política social do império

O que levou a constituição dessa verdadeira sociedade de encarcerados? Não há dúvida que esta foi uma política consciente da grande burguesia monopolista norte-americana, aplicada com zelo pelos sucessivos governos, especialmente após a vitória de Reagan em 1979.

Esta foi a resposta conservadora à proposta de constituição de uma política de bem-estar social que ganhava força nos Estados Unidos, graças à pressão exercida pelos movimentos sociais, especialmente pelas organizações de direitos civis. Era preciso deter a onda de protesto negro que arrancava todos os dias novas conquistas. O símbolo mais forte deste processo de radicalização do protesto negro foi a criação do grupo radical Panteras Negras. Na luta contra essas organizações o Estado não se deteve diante dos métodos mais condenáveis, da repressão policial pura simples até a introdução de drogas nos guetos negros.

Na era Reagan o combate contra a pobreza e pelos direitos civis foi substituído pela retórica da guerra contra o crime organizado e o tráfico de drogas. Preparava-se, assim, o terreno para o assalto aos guetos. O governo passou a utilizar, conscientemente, o combate às drogas para controlar os bolsões de miséria que se ampliavam graças a suas medidas econômicas anti-sociais.

Portanto, o encarceramento da juventude negra foi a principal política social implementada pelos governos neoliberais. Reduz-se o índice desemprego, encarcerando milhões de pessoas e criando o mercado de trabalho do encarceramento — a profissão de carcereiro é uma das que mais cresce nos Estados Unidos. E mais importante, cria novas possibilidades de acumulação para o capital,

cria uma nova camada burguesa: a dos construtores e administradores de presídios.

Há 40 anos as classes dominantes norte-americanas mantinham os negros nos guetos, hoje preferem mantê-los nas prisões, um lugar considerado mais seguro para seus interesses, além de trazer-lhes algum rendimento..

Esta é a imagem que os Estados Unidos não apresentam ao mundo, buscando escondê-la atrás de uma fachada de prosperidade geral. Uma fachada que, vez ou outra, é estremecida pelas rebeliões que sua população negra promove para reafirmar o seu direito à liberdade e à prosperidade que o sistema norte-americano não pode lhes oferecer.

BIBLIOGRAFIA

AITH, Márcio — "Número de presos é recorde nos EUA" in *Folha de S. Paulo*, 11/06/2000

CHRISTIE, Nils — "Elementos para uma geografia penal" in *Revista de Sociologia e Política*, nº13, novembro de 1999, Universidade Federal do Paraná

GASPAR, Malu — "Pobreza atinge 18% das crianças nos EUA" in *Folha de S. Paulo*, 07/11/1999

MORAES, Márcio Senne — "Combate a drogas lota prisões dos EUA" in *Folha de S. Paulo*, 07/05/2000

SILVA, Carlos Eduardo Lins da — "Por que os EUA têm índices tão baixos de desemprego" in *Folha de S. Paulo*, 01/05/98

WACQUANT, Loïc — "Crime e castigo nos Estados Unidos" in *Revista de Sociologia e Política*, nº13, novembro de 1999, Universidade Federal do Paraná

* Historiador, mestre em Ciência Política pelo IFCH-Unicamp, doutorando em Ciência Social e do Conselho de Redação da revista Debate Sindical.

PC Paraguuaio realiza congresso

Realizou-se de 17 a 20 de fevereiro o 5º Congresso do Partido Comunista Paraguuaio, o primeiro na legalidade depois do final da ditadura do general Alfredo Stroessner, que durou 35 anos — uma das mais cruéis da história da América Latina. Os comunistas paraguaios fizeram um rico balanço da situação internacional, ressaltando o avanço das forças democráticas e progressistas na América Latina, destacadamente na Colômbia, na Venezuela, no Brasil, na Argentina, no Uruguai, na Nicarágua e em El Salvador.

O informe político apresentado pelo secretário-geral do Partido, camarada Ananias Maidana, assinala que passados 12 anos desde a queda da ditadura de Alfredo Stroessner, o país não vive

ainda uma verdadeira democracia, que tem sido restringida pela política neoliberal autoritária posta em prática pelos diversos governos que sucederam o regime ditatorial.

O Congresso do PC Paraguuaio propôs às diversas forças da esquerda a formação da Frente Democrática e Patriótica, em torno de um programa progressista e libertador. O objetivo é reunir, além do Partido Comunista, o Partido Humanista, o Partido Revolucionário Febrerista, o Partido da Unidade Popular, o Partido Socialista Paraguuaio, o Partido Democrata Cristão, o Movimento Pátria Direta, o Movimento Paraguay Pyahurá (Por um Novo Paraguay), a Federação Nacional Camponesa, a Mesa Coordenadora Nacional de Organi-

zações Camponesas, os Sindicatos de trabalhadores, as organizações populares e estudantis.

O Congresso aprovou o novo Programa do Partido que propõe a revolução democrática de libertação nacional e social, rumo ao socialismo.

Entre outras resoluções, o Congresso autorizou o novo Comitê Central a fazer as gestões políticas e jurídicas necessárias para completar a legalização do Partido, com a obtenção do registro eleitoral.

O 5º Congresso do PC Paraguuaio foi encerrado com um ato político contra o Plano Colômbia. O Partido Comunista do Brasil foi representado no Congresso do PC Paraguuaio pelo secretário de Relações Internacionais, José Reinaldo Carvalho.

NACIONAL

Império, decadência e fúria

SÉRGIO BARROSO*

Todavia, o declínio de Roma foi a natural e inevitável consequência da grandeza imoderada. A prosperidade fez com que amadurecesse o princípio da decadência; as causas da destruição se multiplicaram com a extensão das conquistas; (...) a estúpida estrutura desabou sob seu próprio peso; (...) e eis que o mundo romano foi engolfado por um dilúvio de bárbaros". (Gibbon)

O clássico estudo de Edward Gibbon acresce outro elemento ao turbilhão que sucede à crise instalada na divisão do Império Romano (Occidental e Oriental), seguindo-se o colapso com a tomada de Constantinopla: "o cisma nacional" de gregos e latinos alargou-se pela permanente diferença de língua, costumes, de interesses e até mesmo de religião. Coincidência ou não, ano passado, o diplomata Rubens Barbosa, falando como embaixador do Brasil em Washington, voltou a destacar fenômenos contraditórios similares no ambiente "global", originários do avassalador esmagamento das tradições e das culturas a que tenta decretar o imperialismo norte-americano. Barbosa identificava, sem subterfúgio, os EUA com "uma nova Roma"; mas haverá, disse, "e isso é inevitável, um grande choque com essa invasão da cultura americana". Imposição que o embaixador assinalara atingir até o Egito – culturalmente refinadíssimo (*Carta Capital*, 16/8/2000).

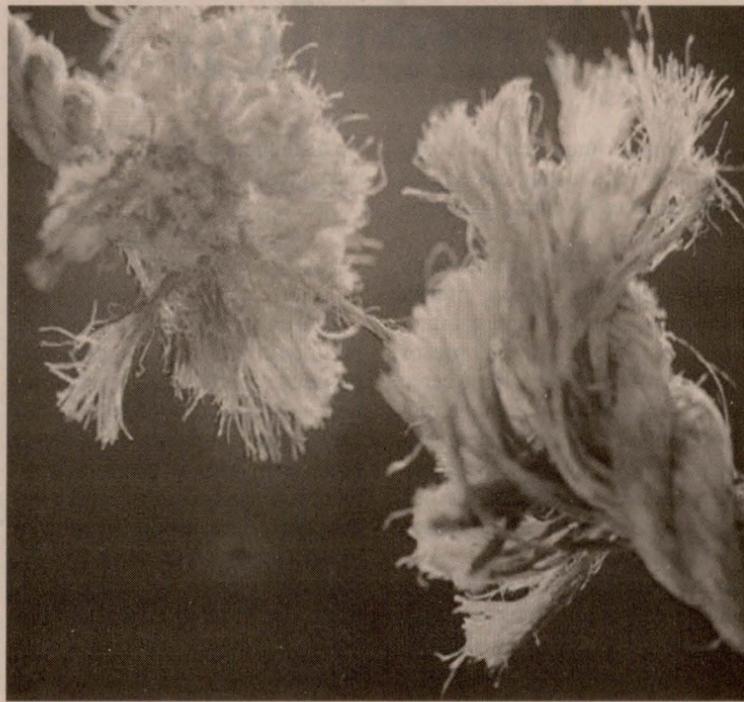
Problema geopolítico central, o fato é que a corrosão das bases da hegemonia norte-americana voltou ao debate com o desaquecimento (por enquanto) de sua economia, após um crescimento de 8 anos – entre 1990-91 os EUA enfrentaram uma recessão.

Em alentados estudos então publicados, P. Kennedy (1988), L. Thurow (1994) e H. Kissinger (1994), cada qual a seu modo,

coincidiam na análise do declínio econômico relativo dos EUA. Thurow, por exemplo, escrevia estarem os EUA representando pouco menos de 25% (1994) do PNB (Produto Nacional Bruto) mundial, enquanto nos fins dos anos 60 eles detinham mais de 50%. Os americanos – assinava Thurow – também "terão de lidar com a perda de sua posição de maior potência econômica, política e militar do mundo". Já o especialista em guerras e pilhagem colonial (e neocolonial) Kissinger, numa lógica interpretação, considerava que a predominância econômica do império "já está em declínio", sendo aí onde se tornava mais seguro desafiar os Estados Unidos.

Findo o século, J. Beinstein³ destaca a queda da indústria (em geral) dos EUA, na percentagem do PIB, de 33% (1975), para cerca de 25% (1995), enquanto os serviços saltaram de 63% para 72%, no mesmo período; a produtividade da mão-de-obra desacelerou, caindo também o investimento bruto fixo em relação ao PIB; entre 1968-98, houve queda de longo prazo no salário/hora real na indústria e nos serviços, tendo se ampliado as desigualdades sociais.

Desigualdades acentuadas nos anos 90, quando o Índice de Gini (medidor da concentração de renda), atingiu o nível mais alto, desde 1947, de acordo com o US Bureau of the Census: em 1998, os 20% mais pobres não haviam recuperado os níveis de renda de 1989, sendo que ela cresceu 22% para os 5% mais ricos (2000). Aliás, segundo a classificação desta instituição, o número de pobres naquele país passou de 25,7 milhões (1970), para 35,6 milhões, em 1998; enquanto o trabalhador do "chão da fábrica" teve um reajuste de 28% (1990-98; inflação do período de 22,5%), o cargo mais alto dos executivos dos monopólios norte-americanos obteve aumento de 443%!⁴



Ao invés do número oficial de 4,2% de desempregados da PEA dos EUA, L. Belluzzo – baseando-se no economista italiano Marcello De Cecco – notara que a omissão em considerar homens em idade de trabalhar, mas presos ou em liberdade vigiada (9,5 milhões do sexo masculino, a maioria jovens negros e latinos), contabilizaria o desemprego em mais de 12% da força de trabalho estadunidense. A "desintegração social" – afirma Beinstein – começa nos anos 70, é impulsionado nos 80, acelerando-se na década de 90: há "criminalização de pobres e excluídos", ampliação da marginalidade e delinquência, que obteve uma resposta de dismantelamento do "estado social" ou restrição de programas assistenciais⁵.

Num artigo crítico, o insuspeito economista Eduardo Giannetti, disse que o mundo está transferindo cerca de US\$ 360 bilhões ao ano "para financiar o sonho americano, bastante animado, é claro, pela euforia das bolsas e pelos prodigiosos lucros virtuais da 'nova

economia"'. Robert Bellah, sociólogo norte-americano (Harvard) – perguntado se junto à "nova economia" há uma nova sociedade nos EUA – fulmina: "a sociedade que temos está caindo aos pedaços", é "uma sociedade em colapso".

Com um PIB de US\$ 10 trilhões, será grave o impacto da crise norte-americana atual sobre o endividamento das empresas e famílias, que somava US\$ 6,5 trilhões (!), de acordo com *"The Wall Street Journal"* (*"O Estado de São Paulo"*, 6/7/2000). A desaceleração atual impõe o inevitável do fim dos ciclos de expansão: na maioria dos ramos e setores da economia, "queima" de capital com falências e concordatas e queda do nível de consumo, hoje igual a 2/3 do valor do PIB. Entretanto, internamente, é sempre bom lembrar o gigantismo do mercado, o diversificado sistema financeiro e de crédito estadunidenses. O que, assentado sobre o enorme poder do dólar e das armas, denominaram os EUA de fabricantes do "dinheiro elástico".

Seguindo-se à acintosa fraude nas eleições presidenciais, G. W. Bush mandou efusivas congratulações ao carniceiro Ariel Sharon e ordenou novos bombardeios ao Iraque; anunciou maciça venda de armas sofisticadas a Taiwan, denunciado pela China; enquanto a assessora para a segurança nacional da Casa Branca, Condoleezza Rice, esgoelava: "nossa política externa deve partir de sólido fundamento do interesse nacional, não do interesse de uma ilusória comunidade internacional". Seu Vice, Dick Cheney, foi ex-chefe do Pentágono, sendo o belicismo covarde de Collin Powell por demais conhecido. Bush, ativista radical da pena de morte – portanto um candidato a psicopata – foi amplamente financiado pela bilionária indústria armamentista e pela oligarquia da alta finança do império. É evidente: o império acelera seu declínio.

* Membro do CC do PCdoB, médico e mestrando em Economia Social e do Trabalho - UNICAMP.

¹ "Declínio e queda do império romano", Companhia das Letras, 1989.

² Ver, respectivamente: "Ascensão e queda das grandes potências", Campus, 1989; "O futuro do capitalismo", Rocco, 1996; "Diplomacia", Francisco Alves, 1997.

³ Resumindo, o economista argentino J. Beinstein, aponta: a) o conjunto de indicadores econômicos, sociais, culturais, institucionais e outros que alertam para a decadência dos EUA; b) a perda de peso relativo da força de produção norte-americana; c) o fenômeno do superdimensionamento estratégico – "o fator decisivo" da decadência ("O capitalismo senil – a grande crise da economia global", Record, 2001).

⁴ In: Beinstein; e "Ricos e pobres nos EUA – como no quintal", de Adriana Wilner; *Carta Capital*, 7/6/2000.

⁵ "Era uma vez a América", de L. Belluzzo, *Carta Capital*, 25/10/2000.

⁶ Ver: "O sonho americano em perigo", de E. Giannetti, *Valor*, caderno EU &, 5/5/2000; "Sociedade em colapso", entrevista de R. Bellah à *Carta Capital*, 25/10/2000.

Revista *Princípios* comemora 20 anos com debate

Para comemorar duas décadas de circulação e lançar a edição de número 60 da revista *Princípios*, a Editora Anita Garibaldi e o Instituto Maurício Grabois (IMG) promoveram o debate *Davos X Porto Alegre: a resistência ao neoliberalismo* – tema de capa da edição deste trimestre – com a presença de Tarso Genro (prefeito de Porto Alegre) e Renato Rabelo (vice-presidente do PCdoB)*.

O evento ocorreu no dia 9 de março na livraria e shopping cultural Fnac em São Paulo, com a presença de mais de uma centena de intelectuais, professores da pós-graduação e universitários, parlamentares, personalidades políticas, sindicais, estudantis e populares. Dentre eles, Carlos Tibúrcio (coordenador nacional do Fórum Social Mundial); os professores Aziz Ab'Saber (do IEA/USP e presidente de honra da SBPC), Dermeval Saviani (Unicamp), Paula Beiguelman e Jair Borin (USP), Nereide Saviani (PUC/SP); João Paulo (coordenação nacional do MST) e Márcio Barreto (MST/SP), Eduardo Rocha (Sec. Indústria e Comércio de

Guarulhos), Edmundo Fontes (Conam), representantes do Partido Comunista Português e Centro Cultural 25 de Abril, Carla Santos (Ubes), Orlando Silva Jr. (UJS), Samsão Shazan (Cives), os vereadores Javier Alfaya (PCdoB/Salvador) e Luiza Cordeiro (PCdoB/Guarulhos), os deputados do PCdoB/SP Nivaldo Santana e Jamil Murad; e os membros da direção nacional do PCdoB Vital Nolasco, Pedro de Oliveira, João Batista Lemos, Walter Sorrentino e José Carlos Ruy.

Tarso Genro destacou a importância da revista *Princípios* para o debate de idéias hoje, "de que carecemos muito em nosso país", e expôs uma análise geral do Fórum Social Mundial, ressaltando sua extensão, representatividade e a convicção de que "um novo mundo é possível". Descreveu momentos desse evento realizado na capital gaúcha, dentre eles o encontro de mais de 200 prefeitos de todo o mundo, e a diversidade das opiniões, personagens e entidades presentes – ao todo mais de 15 mil pessoas de 122 países. Tarso criticou o projeto neoliberal e defendeu



Ruy, Rabelo, Sorrentino e o prefeito Tarso Genro, de P. Alegre

em a necessidade de sua superação. Apresentou dados sobre a realidade dramática vivida pelos povos e por nosso país e algumas lições extraídas do Fórum, em especial "as que devem ser assimiladas pelos partidos políticos progressistas".

Renato Rabelo situou a realização do Fórum Social Mundial no contexto em que, concomitante ao domínio imperial com centro nos Estados Unidos, "uma série de manifestações objetivas de caráter nacional e anticapitalista têm se manifestado". Registrou que o Fórum

apresentou elementos importantes para a luta contra o neoliberalismo hoje, mas que há certa confusão em alguns setores, que pensam ainda ser suficiente apenas algumas reformas no projeto neoliberal. Concluiu enfocando a necessidade de se lutar pela construção "de uma ampla plataforma de ruptura e de uma maioria política para se contrapor ao projeto neoliberal em curso". Renato Rabelo registrou "a importância de Tarso Genro na construção do Conselho Político da Frente de Oposição e o papel de-

sempenhado por este, especialmente com o lançamento do manifesto *Em defesa do Brasil da democracia e do trabalho* – que foi distribuído aos presentes. Enfocou ainda a diferença entre o papel das entidades e ONGs, que atuam em torno de temas, setores sociais e lutas específicas, do papel dos partidos políticos – a quem cabe entender o conjunto de todas as lutas e se preparar para o poder, que envolve toda a sociedade. Para Renato, "a forma partido – em especial o Partido de vanguarda – não está superada". Para finalizar considerou relevante o fato de uma revista *Princípios* estar ativa após 20 anos em meio ao cerco material, político e de controle da mídia pelas forças hegemônicas.

Na rodada de perguntas e respostas que se seguiu, o professor Dermeval Saviani desmascarou a política e a propaganda do governo FHC na área da educação.

As exposições de Tarso Genro e Renato Rabelo serão publicadas na íntegra na próxima edição (61) da revista *Princípios*

PCdoB

A teorização do socialismo pelo marxismo clássico

LUIS MANUEL REBELO
FERNANDES*

Marx e Engels nunca elaboraram um “anteprojeto” integrado sobre como deveria ser estruturada uma sociedade socialista. Sempre foram bastante críticos da insistência dos socialistas utópicos (sobretudo Saint Simon, Fourier e Owen) em elaborar intrincados e detalhados modelos de “sociedades perfeitas”. Em oposição a estes, eles conceberam o socialismo como movimento para a superação das contradições fundamentais do capitalismo. Por isso, seu esforço teórico fundamental se voltou, precisamente, para identificar essas contradições e o seu desenrolar. O resultado foi uma produção crítica muito vasta e sistematizada sobre o desenvolvimento do capitalismo, mas com indicações apenas esparsas e tópicas (e nem sempre coerentes entre si) sobre a sociedade socialista que deveria lhe suceder.

Algumas das indicações mais importantes encontram-se nas páginas do célebre *Manifesto Comunista*. O projeto socialista do marxismo clássico foi resumido, ali, como a “abolição da propriedade privada”. A partir da constituição do proletariado (dos trabalhadores) em classe dominante, o desafio central do socialismo seria o de destruir “as antigas relações [capitalistas - L. F.] de produção” e, juntamente com elas, “as condições dos antagonismos entre as classes e as classes em geral”. Isto seria realizado, a princípio, “por uma violação despótica do direito à propriedade e das relações de produção burguesas”, nos marcos da qual o proletariado “usaria a sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado”. Essas transformações, previa-se, resultariam em “uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”.

O Estado, nas indicações acima, foi definido como “o proletariado organizado como classe dominante”. Determinar exatamente o que isso quer dizer (e como pode e/ou deve ser materializado institucionalmente) é um desafio teórico mais sério e difícil do que pode parecer à primeira vista. Nem Marx, nem Engels chegaram a se debruçar mais detidamente sobre essa questão. As indicações mais concretas a este respeito constam de generalizações extraídas da experiência da Comuna de Paris. Mas tratam-se de indicações a partir de uma experiência efêmera (durou pouco mais de dois meses) que ficou confinada a uma única cidade (Paris). As análises de Marx e Engels, aqui, são interessantes enquanto indicação de rumos gerais para a formação de um Estado socialista alternativo, apontando para a necessidade de se generalizar, neste, formas de democracia direta e participativa. Mas elas não chegam a abordar os desafios e dilemas que a consolidação de um novo poder revolucionário, com base na classe operária, teria

necessariamente de enfrentar (como enfrentou) para se constituir e consolidar em países com dimensões mais amplas, populações mais numerosas e sociedades mais complexas.

À luz desta deficiência, Norberto Bobbio concluiu pela inexistência de uma Ciência Política (e de uma doutrina do Estado) marxista. A conclusão é um tanto precipitada e injusta. É sabido que Marx nunca chegou a produzir uma obra de sistematização das suas reflexões sobre o Estado, como o fez em relação às leis de desenvolvimento social do capitalismo em *O Capital*. Essa obra estava nos seus planos, conforme revelado em correspondência, mas nunca chegou a ser produzida (na verdade, nem mesmo *O Capital* chegou a ser concluído). Apesar disso, podemos identificar uma linha clara, coerente, integrada e cumulativa na evolução das suas reflexões sobre o Estado, espalhada por distintas obras. Já tive a oportunidade de abordar essa questão em um artigo que acompanhou a gestação e a evolução da teoria política marxista no Século XIX, em suas distintas fases. A **Tabela**, abaixo, apresenta um balanço condensado dos resultados desse levantamento.

Ao afirmar a inexistência de uma teoria política marxista, Bobbio criticava, na verdade, a ausência

de uma teoria mais elaborada sobre a estruturação do Estado socialista. Tratava-se, segundo ele, de uma limitação inaceitável, já que a burguesia não teria esperado a sua revolução para começar a discutir as grandes linhas do novo Estado (a separação de poderes, as relações entre o Executivo e o Legislativo, a questão das liberdades civis e políticas etc.). A comparação, uma vez mais, não me parece inteiramente cabível, já que, no processo histórico de desenvolvimento do capitalismo na Europa, a burguesia se constituiu em classe economicamente dominante (e parceira subordinada do poder absolutista) muito antes de disputar a hegemonia política da sociedade – algo que não ocorre com os trabalhadores no capitalismo. De qualquer maneira, vale sua indicação de que a ausência de um exame mais profundo dos dilemas e impasses da configuração do Estado socialista pela teoria marxista acabou sendo fatal para o desenvolvimento das próprias experiências socialistas no século XX.

Um outro texto marxiano fundamental para precisar a compreensão do socialismo é a *Crítica ao Programa de Gotha*. Nele, Marx argumentou ser impossível, após o triunfo de uma revolução proletária, passar à imediata supressão de todas as diferenças de

classe na sociedade. Isto porque não se trataria de “uma sociedade comunista que se desenvolveu sobre sua própria base, mas de uma que acaba de sair precisamente da sociedade capitalista e que, portanto, apresenta ainda em todos os seus aspectos, no econômico, no moral e no intelectual, o selo da velha sociedade de cujas entranhas procede”. Em função disso, Marx apontou para a necessidade de diferenciar duas fases distintas na construção da nova sociedade sem classes: uma primeira (a que a literatura marxista do século XX convencionou chamar de *socialismo*), onde, apesar de ter já abolido a propriedade privada, a sociedade se defrontaria ainda com prevalência de valores burgueses e pré-burgueses, além de diferenças sociais herdadas da divisão de classes anterior (como os contrastes entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, entre o campo e as cidades, etc.); e uma segunda, onde estas diferenças de classe e as desigualdades sociais e políticas que delas emanam já teriam sido superadas, permitindo a consolidação de uma nova moral comunitária e o próprio definhamento do poder de Estado (o comunismo propriamente dito).

Gostaria de destacar alguns pontos que me parecem significa-

tivos na compreensão marxiana do socialismo vista até aqui:

a) O socialismo é concebido, nessa compreensão, não como um “modo de produção” próprio, mas como uma primeira etapa da transição histórica para uma sociedade sem classes (o comunismo).

b) No decorrer desta fase, embora o socialismo se proponha a eliminar a “exploração” de trabalho excedente, ainda predominam na sociedade relações humanas marcadas pela “alienação”. O trabalho, assim, ainda não é concebido pela maioria como sua “primeira necessidade vital” (domínio da realização da sua própria humanidade) e sim como um “meio de vida” (forma de maximizar o acesso aos fundos de consumo). Por isto, as normas de distribuição do socialismo são reguladas pelo *direito burguês*: a noção de que cada um tem o direito a receber uma parcela do produto social proporcional ao trabalho fornecido à sociedade (i.e., uma norma distributiva baseada no princípio do intercâmbio de mercadorias equivalentes). Se não fosse assim, a ética do trabalho se decomporia e a sociedade socialista não seria capaz de garantir a sua própria reprodução, quanto mais a passagem a uma fase superior.

c) Só na fase superior da construção da sociedade sem classes (o comunismo) seria possível superar os horizontes do *direito burguês* e adotar normas distributivas baseadas principalmente nas necessidades humanas. Mas isto requer, igualmente, a passagem de uma situação geral de escassez material na sociedade para outra de abundância. Por isso, é decisivo gerar, no próprio socialismo, mecanismos econômicos capazes de gerar a contínua elevação da produtividade social, sem o quê a transição para relações sociais mais *humanizadas* seria inteiramente utópica e irrealizável.

A distinção, feita por Marx, destas duas fases no processo histórico de superação do capitalismo pode ser criticada por diversos ângulos. Até que ponto, por exemplo, não serão meramente utópicas (no sentido negativo) estas formulações sobre a “etapa superior do comunismo”? Se “escassez” e “abundância” são termos relativos, como conceber a possibilidade de uma sociedade produzir “abundância” de todos os seus produtos, ou mesmo dos seus produtos fundamentais? Se a sociedade socialista ainda está impregnada de valores burgueses e pré-burgueses, que forças motrizes podem impulsionar a transição para o comunismo? Será que a necessidade imperiosa da elevação da produtividade econômica no socialismo não entra em contradição com a perspectiva da progressiva superação das diferenças de classe, que é a sua própria razão de ser? (...)

A EVOLUÇÃO DA TEORIA POLÍTICA DO MARXISMO CLÁSSICO

PRINCIPAIS OBRAS COM REFERÊNCIA AO ESTADO	PRINCIPAIS FORMULAÇÕES/NOVAÇÕES TEÓRICAS
1841-1844 <input type="checkbox"/> <i>Crítica da Filosofia do Direito</i> , Marx. <input type="checkbox"/> <i>Crítica da Filosofia do Direito: Introdução</i> , Marx. <input type="checkbox"/> <i>A Questão Judaica</i> , Marx. <input type="checkbox"/> <i>Manuscritos Econômico-Filosóficos</i> , Marx.	Identificação da propriedade privada como base da alienação humana. Crítica da segmentação de esferas “pública” e “privada”. Crítica da subordinação da política ao dinheiro nas sociedades modernas. Crítica do caráter limitado da emancipação política. Defesa da emancipação humana (global/integral). Identificação do proletariado como “coração” (base) da emancipação humana.
1844-1850 <input type="checkbox"/> <i>Teses sobre Feuerbach</i> , Marx. <input type="checkbox"/> <i>A Ideologia Alemã</i> , Marx e Engels. <input type="checkbox"/> <i>Miséria da Filosofia</i> , Marx. <input type="checkbox"/> <i>Manifesto Comunista</i> , Marx e Engels.	Afirmção da necessidade de se estudar as formas políticas a partir da evolução histórica das relações sociais. Concepção do Estado como órgão de dominação de classe (marcado por viés de classe). Identificação da burguesia como esteio da centralização política dos Estados modernos. Caracterização do governo representativo moderno como a forma particular assumida pela dominação política da burguesia. Identificação da democracia com o advento, via revolução, da dominação política do proletariado. Defesa da abolição da propriedade privada como base da emergência de uma sociedade sem classes e sem Estado.
1850-1871 <input type="checkbox"/> <i>As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850</i> , Marx. <input type="checkbox"/> <i>Revolução e Contra-Revolução na Alemanha</i> , Engels. <input type="checkbox"/> <i>O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte</i> , Marx. <input type="checkbox"/> <i>O Capital</i> , Marx.	Constatação da impossibilidade de erguer o poder político do proletariado sobre as mesmas estruturas político-institucionais que materializam a dominação política da burguesia. Formulação do conceito teórico da “ditadura do proletariado”. Valorização analítica das múltiplas mediações entre a estrutura de classes e o exercício do poder político nas sociedades modernas.
1871-1883 <input type="checkbox"/> <i>A Guerra Civil na França</i> , Marx. <input type="checkbox"/> <i>Sobre o Princípio da Autoridade</i> , Engels. <input type="checkbox"/> <i>Resumo de Estatismo e Anarquia de Bakunin</i> , Marx. <input type="checkbox"/> <i>Crítica ao Programa de Gotha</i> , Marx. <input type="checkbox"/> <i>Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico</i> , Engels.	Defesa dos mecanismos de democracia direta e participativa da Comuna de Paris como a forma particular assumida pela dominação política do proletariado. Defesa de um período de transição para a sociedade sem classes, durante o qual persiste a necessidade do poder de Estado (proletário). Identificação da tendência crescente ao intervencionismo estatal no capitalismo avançado, sob a forma do “capitalismo de Estado”.
1883-1895 <input type="checkbox"/> <i>A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado</i> , Engels. <input type="checkbox"/> <i>Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã</i> , Engels. <input type="checkbox"/> <i>O Papel da Violência na História</i> , Engels. <input type="checkbox"/> <i>Introdução a “As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850”</i> , Engels.	Identificação da gênese histórica do poder de Estado a partir da emergência da propriedade privada e consequente dissolução das comunidades primitivas. Defesa de uma nova estratégia revolucionária para o movimento operário, orientada para a acumulação de forças. Via a atuação política legal, nos marcos do sistema universa-

* Trecho do primeiro item da Parte 2, “As principais teorias marxistas”, do livro *Marxismo e o Movimento Operário: um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais*, Editora Mauad, 2001.

E O CARNAVAL DE OLINDA SE FEZ DEMOCRÁTICO...

TUCA SIQUEIRA*

Contrariando a opinião distorcida da grande imprensa, a Prefeitura Popular de Olinda (PE), comandada por Luciana Santos/PCdoB, garantiu o caráter democrático e a preservação da verdadeira cultura do carnaval olindense.

Imagine caminhar pelas ladeiras e ruas estreitas de uma cidade com um belíssimo conjunto de casas e construções antigas, consideradas Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO. Agora, imagine que na próxima esquina que você alcançar encontrará uma troça com uma orquestra de frevo, passistas e um grupo de pessoas a dançar. Mais adiante é bem provável que você possa encontrar também super-heróis, anjos, diabos, negas-malucas, *smurfes* e até orelhões em forma de gente! Ou seria o contrário? Bem, não importa. É melhor seguir em frente, pois ainda há muito para se descobrir. Se de repente você se deparar com homens de perucas enormes, vestidos com golas de infinitas cores e chocalhos que soam alto para anunciar a chegada dos reis do maracatu e seu cortejo, estará sendo apresentado aos famosos caboclos de lança pernambucanos. E quando dobrar a próxima esquina, por favor, não se assuste: são só bonecos gigantes caminhado por entre as ladeiras na companhia de uma boa orquestra, convidando-lhe a curtir o frevo junto aos foliões. Depois de cair no frevo, que tal acompanhar o som dos tambores dos afoxés ou quem sabe até apreciar as evoluções e os rápidos e delicados passos dos caboclinhos de arco e flecha? E para relaxar mesmo, é só procurar os blocos tradicionais e lembrar as antigas marchinhas e frevos-canção. Quem vai à Olinda se surpreende a cada esquina. O carnaval olindense reúne ingredientes como espontaneidade, criatividade e muita alegria, sem deixar de lado, é claro, a forte referência cultural. Na cidade, a festa sempre foi marcada por uma descontração natural e independente de interesses comerciais, diferentemente de outras capitais brasileiras.

Depois de imaginar todas essas cenas, você conseguiria imaginar essas ruas repletas de gente e ocupadas por potentes caixas de sons, tocando pagodes, axé e funks ao mesmo tempo? Bom, dessa forma você já deve ter percebido que se tornou difícil transitar e que os blocos pararam de desfilar nesses locais. Pois foi exatamente o que aconteceu com o carnaval de Olinda nos últimos anos. A festa se tornou famosa e a quantidade de pernambucanos, turistas brasileiros e estrangeiros aumentou consideravelmente a cada ano. Na verdade, o que dificultou o desfile dos blocos foi a formação de focos não oficiais, ou seja, a instalação de equipamentos de som que terminaram por concentrar um grande número de pessoas em determinados pontos. Com isso, o carnaval de Olinda se descaracterizou, tornando-se o reduto do encontro e da paquera, onde se dançava todos os hits do momento.

A "Lei do Carnaval"

Esse ano, percebendo a perda cultural do carnaval olindense, as reivindicações

dos músicos, dos blocos, troças – por não terem livre circulação para desfilar – e dos moradores da cidade, a nova administração, de Luciana Santos, fez a diferença. A prefeita (e sua equipe de governo) resolveu aplicar a Lei 5118/97, conhecida com "Lei do Carnaval", já existente, porém nunca colocada em prática pela gestão anterior. A lei corresponde a uma tentativa de resgate do verdadeiro carnaval de Olinda, como se pode constatar nos trechos do seu artigo décimo terceiro: "Fica expressamente proibida a instalação de focos de animação não oficiais no perímetro da passarela natural"; "Os focos de animação não oficiais instalados no perímetro da passarela natural terão seus equipamentos de sonorização apreendidos além do pagamento de multa no valor de 5.000 UFIRs". A aprovação foi unânime pelos moradores e grande parte do público.

"Esse carnaval foi muito melhor. Eu acho que a prefeitura está de parabéns. Passei o carnaval em Olinda e hospedei em minha casa 14 pessoas. Foi uma festa! Achei muito bonito e mais ordenado com relação à limpeza e aos ambulantes. Os moradores da Rua do Amparo ficaram satisfeitos porque o que acontecia era que, durante o carnaval, o morador se sentia um prisioneiro, pois por todos os lados havia uma caixa de som tocando rock e outras músicas ao mesmo tempo, a ponto de não se conseguir identificar a música que estava sendo tocada. Os blocos já não passavam pela rua. Esse ano as pessoas pareciam mais descontraídas e os blocos voltaram a desfilar, lembrando os velhos carnavais", declarou Tereza Costa Rego, artista plástica.

Segundo o procurador adjunto do Município, Gilson Barbosa, 17 multas e apreensões de equipamentos foram realizadas com a aplicação da lei. Todos os processos serão levados adiante. Ao fazer uma avaliação do carnaval, o compositor pernambucano Getúlio Cavalcanti afirmou: "as medidas que foram tomadas de não permitir o som alto diminuiu a agressão aos blocos que não conseguiam desfilar pelas ladeiras de Olinda. Nós, que formamos o Bloco da Saudade e Eu Quero Mais, estamos satisfeitos. Não se deve permitir a entrada desse pessoal que se instala na cidade com os seus equipa-



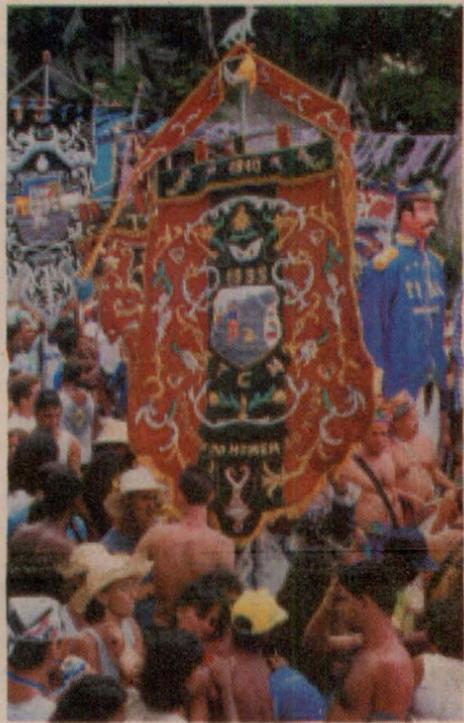
A prefeita Luciana Santos (PCdoB): carnaval democratizado

mentos de som e suas músicas. Queremos que essas pessoas se interessem pela nossa cultura, que percorram as ladeiras e acompanhem os blocos".

Para a prefeita Luciana Santos, o carnaval é momento maior da expressão da produção artística e cultural da cidade, além de ser particularmente irreverente e criativo. "Não vamos permitir nenhuma agressão à nossa cultura. As medidas tomadas não refletem preconceito e se somam à vontade dos olindenses. Queremos que o carnaval volte a ser, de fato, um forte momento de expressão de nossa cultura".

Distorcendo as informações

Os órgãos de comunicação das classes dominantes usaram a decisão da prefeita do PCdoB para distorcer fatos e gerar uma falsa polêmica. Foi a primeira investida contra a Prefeitura Popular de Olinda. A revista *Is-to É GENTE*, de forma irresponsável e leviana, publicou matéria de capa dizendo que a prefeita Luciana Santos queria acabar com o axé. A revista mentiu ao afirmar que a primeira medida de Luciana foi proibir axé, pagode e até samba. Na "reportagem" nota-se logo que as declarações da prefeita nada têm a ver com o texto que as introdu-



Fotos: Passarinho

zia. Em nenhum momento a revista informou que Luciana apenas fez valer uma lei municipal aprovada há 4 anos e que nunca foi cumprida. A proibição do som mecânico foi reivindicação dos verdadeiros foliões, que não encontravam mais espaço nas ruas e ladeiras do sítio histórico. A TV GLOBO embarcou na falsa polêmica. Na quarta-feira, 21, mostrou reportagem sobre a "falta de democracia" no carnaval olindense, mas não ouviu a prefeita ou alguém da administração.

Mas, "apesar de você", como diz o samba do Chico Buarque, Olinda brincou um carnaval democrático e muito animado. O povo retomou as ruas e ladeiras, com seus blocos, troças, maracatus, afoxés, caboclinhos... Com a criatividade e a beleza que são marcas autênticas do carnaval olindense. No ano que vem tem mais. E melhor: porque será comemorado o primeiro ano da Prefeitura Popular, comandada pelo PCdoB.

*colaborou Roberto Menezes



IMPRESSO



CDM
CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabeis
A CLASSE OPERÁRIA